

# **Paulo Rosenbaum**

ARTIGOS



Blog de "A verdade lançada ao solo" de Paulo Rosenbaum

Paulo Rosenbaum



## A verdade lançada ao solo

Paulo Rosenbaum

Início

Conheça o autor - Author's profile

Uma entrevista sobre Verdades e Falsas (entrevista concedida à equipe do Blog)

Pesquisar

### Equilíbrio instável

Postado em 2008.11.2013

#### Equilíbrio instável

O brasileiro anda desconfiado. Em recente levantamento feito pela FGV os políticos ocupam o topo do ranking quando se trata de desconfiança da população. Pudera. Se fossemos criteriosos (atenção: criteriosidade não é especialmente quando nossos filhos assistem TV conosco. Tomem como exemplo a transmissão de uma CPI ao vivo. Velhos arquinimigos trocando afagos, teatralizações horríveis, mentiras e

#### Tópicos recentes

- Equilíbrio instável
- Comentários "Romance "A Verdade Lançada ao Solo" aborda transsexualidade, política e religião"
- Liberdade sem expressão.
- Cinfabulação das Floristas, fanatismo e voto.
- Os nós das amarelas e a Utopia

#### Arquivos

- maio 2012

Seguir



**Paulo Rosenbaum**, Médico e escritor. Iniciou a carreira literária com poesia em 1979 (Massao Ohno). Desde lá exerce a literatura junto com a medicina e as atividades acadêmicas (é pós-doutorado pela FMUSP). Autor de 12 livros na área médica fez incursões como editor, roteirista e produtor de documentários. Em 2010 lançou o romance “A Verdade Lançada ao Solo” (ed. Record) com resenhas e notas favoráveis no “Valor Econômico”, “O Estado de São Paulo” e em sites literários na web. Escreve uma coluna às quintas-feiras no Jornal do Brasil e tem um blog ([paulorosenbaum.wordpress.com](http://paulorosenbaum.wordpress.com)). Seu livro de Contos “A Última Curvatura do Lábio” e sua coletânea de poesias “Diáforas continentais” tem lançamento programado para o segundo semestre de 2013. Em 2012 foi contemplado com uma bolsa literária para Israel. Lá entrevistou escritores como Amos Oz, Adin Steinsaltz, e Amalia Kahana Carmon e também produziu um ensaio fotográfico. A partir destas experiências vem trabalhando na ficção “Adam Vive”, seu segundo romance.

## **Índice**

- Negação da morte e Habitat
- O Crack da segurança pública
- Insurreição de gênero
- Negação da morte e Habitat
- O Crack da segurança pública
- Insurreição de gênero
- Eloquência de Demóstenes e cabeças de Giacometti
- Cultura da violência e autocrítica: quando o poder deixa de ser republicano
- Imunes e impunes: por que os reelegemos?
- Pequenos exemplos de como as coisas podem funcionar
- Educação é educar-se
- Crack, fissura, e reality shows: é a sociedade quem precisa ser retirada do ar
- Confabulação das florestas, fanatismo e veto
- Políticas de “desospitalização”
- Corrupção na linguagem e a nova sombra do mundo
- Justiça e grande justiça, para que servem?
- Sabemos o que você acabou de teclar: a nova polícia do pensamento
- A crise da cultura: precisamos fazer as tradições falarem de novo
- Procuram-se leitores desesperadamente
- Epidemia de intolerância
- ‘Bullyings’ de Estado
- Para entender a bagunça
- Milagre, antropogenia e cientificismo
- Execráveis tambores, explosões racistas e o mal do mundo
- O fim dos partidos políticos
- Organismo, ‘inneresfera’ e sistemas políticos
- Mal-estar contemporâneo, drogas e a medicalização da vida
- A ideologia individualista dos políticos.
- Cartilha prática para caudilhos populistas latino-americanos
- O mito da boa causa: a lógica do mensalão e a ameaça à democracia.
- Autoformação e a sociologia da ignorância
- Copa, jogos e diversão contra o culto da vitória
- O que não se pode conjugar: a manipulação política do medo.
- Nós, amarras e outra Utopia
- Liberdade sem expressão.
- Elegância Mínima
- Equilíbrio instável
- Sociedade dos paradoxos
- Intelectuais e déspotas

Os artigos aqui apresentados foram publicados no Jornal do Brasil (2011-2012) todas as quintas-feiras (<http://www.jb.com.br>), muitos vem sendo reproduzidos em outras publicações.



## Negação da morte e Habitat

14/06/2012

Sabemos que o assunto da hora é a RIO+20. Mas outro tema, igualmente importante, está sendo discutido sem merecer o devido destaque. A comissão que se encarregou de modernizar o novo código penal está concluindo os trabalhos, cuja versão final ainda não se conhece, e ali incluiu assuntos críticos. Refiro-me aqui aos que abordam a terminalidade da vida.

A legislação dos Países Baixos autoriza a eutanásia (medidas ativas, proibidas no Brasil) enquanto nos EUA existem grandes batalhas judiciais que só fazem aumentar as controvérsias. A ortonásia (etimologicamente, morte no tempo certo) tem sido por aqui discutida (diferente da anterior, admitida em casos em que a morte é comprovadamente uma questão de horas ou dias) apesar de já extensivamente praticada. Prevê a cessação de tratamentos considerados fúteis e pode incluir o desligamento de máquinas, interrupção de alimentação parenteral etc.

A ética hipocrática da qual os profissionais de saúde são herdeiros preconiza: não se deve interferir em uma doença sabidamente mortal ou incurável. Por outro lado como saber ao certo? Hipócrates também nos adverte sobre a precariedade das convicções e finalmente questiona em seu primeiro aforismo o valor dos prognósticos: a arte é longa, a experiência enganosa, o julgamento difícil.

O filósofo Montaigne abre um de seus Ensaios com “filosofar é aprender a morrer”. Precisamos aprender, mas como nos educar em terreno tão delicado? Até a pena de morte foi discutida -- e abolida em boa parte do mundo -- então por que intimidar-se com os debates sobre o fim da vida? Não me convence pensar que a distinção esteja entre castigo e alívio terapêutico.

Esquecemos, convenientemente, que fomos inculcados com uma amnésia chamada finitude. Resumindo, somos desmemoriados o suficiente para tocar a vida contra o inexorável que é nossa condição de mortais. Trata-se de estoicismo adaptativo, conforme mostrou Ernst Becker em seu clássico “A Negação da Morte”.

Hoje temos equipes especializadas em “dar conforto” às famílias

de pacientes terminais. Foi uma solução superficial que a medicina hospitalocêntrica encontrou para lidar com o tabu. Este é um legítimo dilema da vida contemporânea: o que fazer diante de sofrimentos extremos e de alegada incurabilidade?

Quem terá o direito de opinar e a quem cabe a decisão final? À medicina, ao Estado ou à família? Haverá espaço para ouvir o único que poderia dar qualquer legitimidade ao ato? Nesse caso o desenganado: o sujeito que muitas vezes é impedido de votar por sedação excessiva, afasia ou coma. Pois e se o doente quiser confirmar presença mais alguns minutos, uns dias, quem sabe a semana? Dissecando o termo “desenganado” descobrimos que pode significar dizer a verdade, revelar, ou dissuadir. E quem pode dissuadir alguém acerca da continuidade da própria vida? É evidente que a sedação da dor e a manutenção de uma medicina paliativa são ganhos importantes no trato com doentes em sofrimento severo.

Portanto o problema parece estar mais no campo da psicologia, filosofia e direitos humanos do que propriamente no da deontologia médica ou direito penal. Qualquer equipe pode ligar aparelhos, mas e quanto a desligá-los? Plantonistas da UTI, dos home care, auditores das empresas de seguro saúde estarão autorizados? Afinal quem é que decide em quem não se deve mais “investir”?

É licito supor que mais este desleixo com os vivos que estão no final de um ciclo esteja mesmo na própria raiz da atual predação sistemática que executamos contra nosso habitat. Queremos consumir mais e praguejamos ao ver espuma nos rios e a bagunça climática. Guiados pelo imediatismo tomamos uma rota de caminho único: já que o planeta está envelhecido vamos logo partir para outro. Infelizmente a Rio+20 não terá tempo de discutir esta tênue relação analógica.

Cabe perguntar: não estamos tornando artificial demais um fenômeno natural assim como já fizemos com os partos e o envelhecimento? Que tal voltar a morrer em casa? Não seria mais digno estar consciente para assistir nosso próprio fim? Há preparação e prevenção para várias situações, mas parece que ninguém se preocupou com a morte. Mesmo quando o prognóstico for desfavorável e o enfermo estiver com os dias contados quem pode decidir quando chegou a hora de abortar a vida? Investidos de qual direito impediremos quem esta morrendo de aproveitar o tempo que lhe resta usando o que sobrou de saúde?

Às vezes é preciso coragem para ir contra as soluções que o senso comum apresenta como óbvias. Da mesma forma que temos o dever de recusar uma vida tutelada, não podemos aceitar o papel de carrascos, mesmo que ele venha com a chancela e a benção do Estado.



## O Crack da segurança pública.

02/06/2012

O título é uma provocação? Infelizmente, caro leitor, não é nada disso! Escrevo para dizer que estou, como milhões de paranóicos, entrincheirado onde moro. Seguindo orientações, fiz investimentos pesados em barricadas de travesseiros e estou atento aos movimentos suspeitos nas ruas do entorno. É que a pizzaria bem ao lado de onde moro sofreu um arrastão antes de ontem e três prédios da minha rua foram “esvaziados” por quadrilhas fortemente armadas nos últimos dois meses. Morar numa região central de qualquer cidade do país é, hoje, tremendo risco. Mas parece que no campo e na periferia não tem sido muito diferente.

Os direitos constitucionais dos cidadãos estão todos lá, redigidos na carta, no entanto eles se parecem um pouco com o código de direito do consumidor: vai lá tentar receber teu dinheiro de volta!

A verdade é que o estado tem cada vez mais leis, mas cada vez menos poder para aplicá-las. Quando aplicada, tem sido de modo seletivo. Há razões diretas e indiretas para que não se promova segurança para a maioria da população. Vamos a algumas delas:

O estado representado pela atual administração federal ainda conserva na memória primitiva e automática a correlação que havia no regime militar entre polícia e repressão política. Ou seja, a repressão tem sempre uma conotação de “direita” enquanto a marginalidade ainda pode ter uma coloração revolucionária. Junte-se a isso, a ingenua consideração de que a correção do problema criminal depende exclusivamente de justiça social.

É grave saber que o estado não acredita que a ameaça aos seus cidadãos e os insustentáveis índices de violência sejam motivos de preocupação real. Já se ouviu em Brasília gente graúda afirmando com ironia que isso era “medo de burguesia”. O povo mesmo não está ameaçado.

O estado imagina que a manutenção da ameaça pode, de alguma forma, aumentar o poder de barganha ao se outorgar a primazia da oferta de proteção. Tudo na base do paternalismo tosco que tem caracterizado o populismo latino americano e sua rasteira psicologia para as massas que coloniza.

A educação formal das novas gerações têm sido pouco criativa, baseada em competição e instiga a agressividade. Tudo sob a fluída evocação do direito de escolha. Ninguém quer a volta das aulas de “moral e cívica”, mas – já que através dos exemplos daqueles que governam não chegaremos a lugar nenhum -- um pouco de filosofia e aulas de ética pública e privada não seria má idéia.

Leniência e assimetrias da lei. Na reforma do código penal legisladores vem descriminalizando pequenos delitos e chamando-os de bagatelas. Mas o que poderia ser um avanço, transforma-se em autorização tácita ao crime se não houver a promoção de medidas sócio-educativas simultâneas ao ressarcimento que o ladrão terá que oferecer à vítima. Agora como é que pode ser que violadores de e-mail de atriz famosa possam ser apenados em até 12 anos de reclusão e os assassinos confessos, violentadores e ladrões do erário, se apenados, se safem com menos de um terço do tempo? Não sou da área, mas isso é desnecessário para enxergar distorções.

As prisões brasileiras estão entre as mais despreparadas e superlotadas do mundo. As taxas de reincidência e de reinserção social dos egressos demonstram isso amplamente.

A política de segurança prisional se sofisticou muito lentamente. Por exemplo, ainda não se conseguiu um acordo – pasmem, são quase 10 anos de discussão -- para que as operadoras de telefonia móvel bloqueiem chips dos celulares que entram aos milhares no sistema prisional. Depois de investimento milionários as salas de telejulgamentos estão ociosas porque não há acordo sobre a constitucionalidade de audiências virtuais. Pode ser até que estejamos na frente em Internet para todos, mas a mentalidade geral persiste retrógrada.

A política de remuneração de policiais no País (acrescente-se bombeiros) é ridícula e degradante. Não porque estas pessoas mereçam privilégios especiais, mas, o exercício de uma profissão que mistura insalubridade com riscos muito reais, merece ter a política de salários completamente revista e reestruturada. Provavelmente a corrupção policial desceria ao patamar administrável.

Faltam investimentos mais efetivos em inteligência policial, controle de armas nas fronteiras e aprimorar a integração entre as comunidades e a segurança pública.

Toda policia deveria prevenir e pacificar.

O primeiro golpe nos direitos civis é a ausência de segurança. Mas estamos sem tempo para discutir medidas objetivas. A fofoca política e o bate boca vem em primeiro lugar na audiência. Desde a redemocratização não testemunhávamos impasses institucionais tão graves entre os poderes republicanos: à mercê de gangues, a população pede socorro!

Para quem?

Ps - Estaríamos todos agradecidos com apenas 1% da consideração que os chefes de estado terão durante a RIO+20.





## Insurreição de gênero

24/06/2012

A proximidade das eleições traz imagens, e imagens podem mudar tudo. Para além das alianças e manchetes políticas incompreensíveis, algumas cenas mexem com nossas entranhas. Tudo isso se deve ao advento da única ideologia sobrevivente: pragmatismo político. Denunciante do mensalão desfilam lado a lado com réus que atentaram contra a democracia, e, por segundos a mais, sociais-democratas flertam com nanicos. Como sempre, o glorioso MDB continua jogando em todas as posições, mas, vamos reconhecer, como esse pessoal sabe cavar faltas!

Até a divulgação da famosa foto no jardim, Erundina topava bater ombro a ombro com Maluf. As alianças regionais e nacionais fazem cair o queixo de qualquer cidadão que algum dia sonhou com coerência. O que ainda não sabem é que coerência virou artigo morto no glossário dos políticos contemporâneos. Pobres intelectuais e bem pensantes. Não entenderam nada. Melhor assim. Já imaginaram se os doutos descobrem que não há incoerência alguma? Pois, é isso mesmo. Eles todos são aliados porque concordam no básico: o importante é estar lá, custe o que for.

Ninguém esperava mesmo que sinais angelicais acompanhassem essa turma, mas não pode haver dúvida: é um abismo. Diante do fosso, duas alternativas: mergulhar de cabeça ou resistir e aguentar o tranco. E em meio aos trampolins e piscinas bem regadas, bater o pé em recusa é o que expressivas figuras femininas da política brasileira, como Erundina, Marina e Martha estão começando a fazer.

Dizer não ao costumeiro “sim, senhor” não é fácil, e o pior é “não dá lucro imediato”, por isso mesmo devemos considerar qualquer “não” como ato de bravura. Difícil analisar quais os pontos em comum das três senhoras, mas uma coisa é certa: elas podem até disfarçar e tergiversar, mas são conseguem mais esconder; suas ações afirmativas já são pedras indigestas no sapato do regime.

Como é bom lembrar que há uma raça que não se curva ao comandante! A resistência ao modelo neopatriarcal só poderia mesmo vir das mulheres. Já que falta aos homens disposição ao enfrentamento – sobra narcisismo – são elas que estão dando ex-

plícitos sinais de insatisfação. A boa-nova é que os chefões castradores que hoje fazem as vezes dos velhos coronéis do cabresto em currais eleitorais já estão ficando ressabiados.

O feminino, enfim, descobre o agradável poder que existe na infidelidade, partidária. Oxalá isso se espalhasse por toda a República. Assim, quem sabe, voltaríamos aos trilhos da democracia.

Independentemente das simpatias e antipatias pessoais, são elas que estão peitando não só os critérios stalinistas do partido hegemônico como as confrarias que usurparam o poder. Mas, sem idealizações, sabemos que todas também estão atrás dos cargos. Mas que não se desconsidere a novidade em suas mensagens descriptografadas: “Queremos, mas não a qualquer preço”. Se a insubmissão se alastrar, pode-se batizar o movimento Sim, mas não a qualquer preço. Teremos que ser muito agradecidos, qualquer coisa para nos deslocar do medonho status quo.

Não seria exagero afirmar que a insurreição de gênero em curso deve ter fortes repercussões num futuro próximo. Por isso merece registro a postura delas frente aos caciques com seus baralhos viciados. Com o movimento sindical e estudantil nas mãos e uma oposição sem estofo, elas viraram a única peça do jogo político a desafiar os desmandos. Torçamos para que essa lufada de vento também pique Dilma. Calma, eu também duvido, bom demais para ser verdade. Imaginem se ela resolvesse abrir melhor os olhos. Suponham que, tomada pela audácia, ela se rebelasse contra seu mentor. Seria o mais histórico e memorável de seus atos presidenciais.

Um desejo não deixa de ser possível só porque ainda não se realizou. Até nas profecias há gap temporal. O sonho pode não ser plausível agora, mas se todos bem recordam houve uma vez uma eleição no Brasil com o slogan A esperança venceu o medo. Talvez tenha chegado a hora de fazer isso acontecer de verdade.



## **Eloquência de Demóstenes e cabeças de Giacometti**

*14/04/2012*

Muito cuidado ao dar nome aos filhos. Eles podem herdar um peso indesejável. A biografia do grego Demóstenes (350 A.C) comprova a mitologia do retorno. Filho gago de um armeiro que faleceu prematuramente, ele se dedicou então ao estudo da eloquência. Já especialista em oratória pública engajou-se na luta contra o expansionismo Macedônico, denunciando as manobras do rei Felipe. Tornou-se chefe da Liga Patriótica, uniu Tebas e Atenas, mas perdeu a guerra do cerco a Queronea, e foi então condenado ao desterro pelo próprio partido.

Escassas semelhanças à parte, o problema recente com o senador da República envolvido nos escândalos em cascata não é fenômeno isolado, muito menos merece ser tratado na esfera exclusivamente política. É claro que fica sempre a dúvida sobre quem define quando as denúncias devem vir à praça? Ou ninguém desconfiou quão oportuno foi o enfraquecimento agudo do DEM, desviando direitinho o foco e dando fôlego para a reestruturação da bizarra “coalização” governamental?

Há aqui preciosa metáfora pedagógica sobre a natureza do Estado e como a vida política partidária não só afoga-se no poder, mas mergulha fundo no abismo psicopatológico.

Precisamos aceitar que há dificuldade generalizada de discernimento social e excesso de julgamentos instantâneos. Isso vale tanto para os representantes da República nos sufrágios eleitorais como para todos os segmentos sociais. O eloquente discurso tem vindo falando de um coletivo abstrato. Quando o discurso refere-se às massas, este vira um objeto. E esta objetificação retira de cena e esmaece a importância do outro, do sujeito irrepetível. Pessoas de carne e osso, talvez a única realidade com que se pode contar.

A crise, portanto, não está neste ou naquele partido e nem mesmo num grupo específico de pessoas, mas instalada na própria essência da cultura que prioriza a vida centrada na matéria.

A missão do Estado foi modificada. Mudou à revelia dos desejos da sociedade. No mundo todo, o poder público passou a ser

gerenciado como business. Apesar de país nenhum merecer ser reduzido a empresa, nem o povo assalariado do Estado, quantos discursos pediram que o legislador fosse “gerente”, “técnico”, “realizador” e “empreendedor”?

Porém “empreendedores” de Estado, diferentemente dos empresários do mundo privado, tratam a verba pública com o descaso de playboys. Ao gerenciar a coisa pública como administradores vitalícios, ainda que ineptos, eles ficam tentados a se perguntar se a remuneração que recebem faz jus ao tempo que gastam com a pátria. Então as nobres excelências, cheias de autoindulgência, aceitam receber benefícios, informação privilegiada ou dinheiro. Não há mais dúvida: quanto mais transparentes forem as contas públicas, mais escândalos seriados elas produzirão.

Mas o bug verdadeiro está lá, escondido, no sistema de valores. Auxiliados pela permissividade e a certeza de invulnerabilidade, o clima produz um torpor conhecido como “estado coletivo de inocência presumida”. É aí que começamos a ouvir os argumentos conhecidos: mas do que reclamam tanto? Bombando, e com 77% de aprovação! No torpor público-privado os políticos dizem que o que importa é que teremos mais obras, mais estádios, mais infraestrutura, mais desenvolvimento econômico. Aqueles que praticam violência dizem apenas que se descontrolaram, como foi o caso da doceira envenenadora.

Os atuais acontecimentos do país contêm uma mensagem. Há certo enlouquecimento silencioso e ele não é uma conspiração da máfia, dos políticos, da Big Pharma ou de ninguém. É um complô sem organizador que numa orquestração involuntária afunilou nossas vidas em necessidades criadas. Lacunas materiais que precisam ser preenchidas, caso contrário enfrentamos risco de frustração, ansiedade e depressão.

Há nítido impasse para pensar criativamente o Brasil! As mentes disponíveis estão entregues ao mercado, resignadas ao silêncio intelectual ou alinhadas ao poder. Sem contabilizar os cérebros que fugiram a pé. As obras do artista Alberto Giacometti — em exposição na Pinacoteca de São Paulo — apresentam particular preocupação com a representação pictórica das cabeças. Cabeças pequenas e afiladas convivem com corpos graúdos e esparramados, desproporcionais, que parecem não sustentá-las devidamente. Símbolo das cabeças que nos fazem muita falta nesse momento de nau à deriva.

Cabeças que deixaram saudades, e, como a lista é curta, melhor só suspirar.



## **Cultura da violência e autocrítica: quando o poder deixa de ser republicano**

*09/02/2012*

Quem teve a oportunidade de assistir aos recentes documentários sobre os movimentos políticos armados no Brasil no período da ditadura militar, recentemente exibidos (TV Brasil), pode perceber tanto o tom emocional como a ausência de autocrítica nos depoimentos. Faltou análise: a luta armada no Brasil foi um grave erro histórico da esquerda, e, bem instrumentalizada pela ditadura, atrasou a legitimidade social da luta pela democracia – e não a acelerou, conforme reza o culto em nichos autorreferentes.

Sim, aquelas pessoas resistiram à ditadura através da violência: “É que não víamos outra saída” – relatou um deles, voz embargada, depois de narrar os terríveis detalhes dos momentos de tortura. Pois, esse é o momento onde os caldos entornam: quando não se vê saída. É preocupante a falta de autocrítica em significativa parcela da esquerda brasileira. Talvez a autocrítica seja mesmo incompatível com a manutenção do poder. Nesse sentido, o poder passa a não ser mais um valor republicano. Vide todos os puristas que sempre acabam no limbo, enxotados e caçados pelos chefões pragmáticos.

Enquanto isso, a oposição encolhe toda vez que depara com os índices de aprovação da administração federal atual. Mas não foram os anos de estabilidade prévios, da era Itamar Franco-FHC, em boa parte responsáveis pela boa condução da economia que o governo do PT herdou e manteve?

A grande oportunidade histórica para que a oposição testasse os limites da nossa jovem democracia foi durante o auge do escândalo do mensalão. Bateu o pânico! Temia-se mexer com o poder de Lula propondo seu afastamento nos moldes do impeachment. Alguém decidiu gritar “guerra civil”. Isso bastou. A oposição, covarde, calou-se. Pudera, também estava enroscada em seus próprios imbróglios, na arrecadação de verbas partidárias. Pois, ao calar, tanto oposição como mídia estão sendo apagadas, questão de tempo até que a borracha as desfenestre do horizonte político.

Muito perigosa essa falta de perspectiva de alternância real no poder. Vivemos sob um anacrônico nepotismo num governo cheiro

de parentes, com franco aparelhamento do Estado por um único regime partidário, cosmeticamente pulverizado na chamada “base de apoio”. A autocrítica deveria partir do próprio PT que precisaria compreender – ou entende perfeitamente, e tem outros planos? – que sem oposição não há jogo democrático possível. A forma amadora e displicente com que a crise na segurança pública vem sendo tratada e a incapacidade de gerenciar o conflito de interesses no executivo corrói a governabilidade e ameaça diretamente as conquistas alcançadas desde a redemocratização do Brasil.

Crises explosivas na segurança pública – atuais e futuras – eram favas contadas. Afinal, entre as 50 cidades mais violentas no mundo oito estão no Brasil. Como esperar outra coisa? Traficantes e gente muito perigosa ainda hoje conseguem celulares nas cadeias e operam livremente lá de dentro. Que o governo se vire e assuma responsabilidades. Donos de um monstruoso superávit fiscal, que construam planos de carreira e salários para policiais, bombeiros, educadores e profissionais da saúde, junto com reformulação educacional na formação de todas essas pessoas. Dinheiro há, o que não existe são critérios justos para firmar as prioridades.

A verdade é que continuamos cultuando a violência. Com que facilidade se parte para o pau, se agride, se rouba! A polícia entra em greve, e hordas aproveitam para assassinar. Ninguém é culpado, mas há culpa. Recentemente, um dirigente do PSDB convocou a militância para “partir para cima”. Espero que haja consenso de que não é exatamente isso que se espera de um líder. Toda confrontação fermenta intolerância e anomia. Numa cultura segregacionista como a nossa precisamos encarar os problemas como adultos e convocar a paz.

Sonhamos com outras formas de organização da sociedade, vale dizer, uma frente suprapartidária que reunisse gente lúcida, mas que ainda não tivesse perdido as esperanças na República, gente que tenha pertinácia mas não gula pelo poder, gente que tenha ideais originais mas que não seja refém das ideologias. É delírio? Então esqueçam, mas respeitem a loucura.

A violência é a não saída e o esgotamento de todas as formas de trato civilizado. Haim Omer, um psicólogo brasileiro-israelense da Universidade de Tel Aviv, desenvolve há décadas uma técnica psicológica de solução de conflitos, reconhecida mundialmente e já aplicada em vários países. Ela é inspirada na resistência não violenta de Gandhi. Não seria má ideia arejar um pouco a cabeça para se refrescar com boas ideias para achar as novas saídas: as que estão por aí, enferrujaram.

Que a paz esteja com as portas abertas.



## Imunes e impunes: por que os reelegemos?

22/12/2011

Se o Brasil é ainda um Estado laico e o princípio de separação entre Estado e religião é operativo, qualquer análise deve passar, necessariamente, pela pergunta: no que consiste a moralidade política atual? Diante do problema levantado por Dostoiévski, “se não há um Criador, tudo seria permitido”, uma das mais comuns argumentações é que a ética pode prescindir da metafísica. Vale dizer, pode-se ser honesto, correto e politicamente elegante, sem apostar nos valores transcendentais.

Então, qual seria o norte ético? Ouve-se que devemos ser éticos porque essa é a natureza humana. Nada mais falso. A maioria não apresenta traços de fervor altruísta inato. Diante do pleno sucesso do darwinismo social veremos que os homens não nascem com desejo de ceder a vez na fila, dividir suas fortunas, ou sacrificar-se pelos irmãos. Engana-se, rouba-se, humilha-se, tripudia-se, insulta-se e locupleta-se todos os dias. Seremos ladrões potenciais à espera de oportunidades? Talvez. Queremos ganhar a qualquer preço? Certamente. Mas há uma espécie de sistema autorregulador interno que nos auxilia, e faz com que tenhamos algum poder sobre nosso desejo de supremacia.

“Como não cair na armadilha moralista que costuma só enxergar a falta alheia? É claro que a culpa nos cabe”

Renunciamos a alguns traços muito humanos para sair da barbárie e aderir ao processo civilizatório. Foi necessário domesticar o instinto predador — claro que as tradições espirituais e culturais influenciaram nesta supressão — para fazer nascer um embrião solidário, as liberdades civis, o aperfeiçoamento da democracia etc. O problema é que, abandonando o feto à própria sorte, estamos retrocedendo. Veja-se a prerrogativa jurídica chamada de “imunidade parlamentar” e “foro privilegiado”, coisa muito nossa. Além de aberração, esse sistema foi inventado para proteger quem vai cometer falta. Legítima e institucionaliza a desigualdade entre cidadãos. Há maior demonstração de “impunidade preventiva” que essa?

Somos invadidos pela perplexidade na infundável confusão entre público e privado. É corrupção generalizada, ou aumento da transparência? Quem controla quem? Quem controlará os contro-

ladores? Como sair deste enredo vicioso, e ao mesmo tempo não cair na armadilha moralista que costuma só enxergar a falta alheia? Sim, mas é claro que a culpa nos cabe.

Não há saída a não ser reexaminar a combalida, moribunda e insepulta palavra “ética”. Segundo o dicionário, o termo deriva etimologicamente do grego *ethikós*, que significa “ramo do conhecimento que estuda a conduta humana, estabelecendo os conceitos do bem e do mal, numa determinada sociedade em determinada época”.

“Agora, temos o ex-novo ministro Mercadante que anunciou que “muitos morrerão pelas enchentes”

Assim colocado, sabemos que Herófilos (4 a.C) tinha respaldo para praticar vivisseções em prisioneiros, a posse de escravos foi defendida publicamente por Aristóteles. Para os legisladores da Santa Inquisição, os índios eram seres “desprovidos de alma” e as Leis de Nuremberg da Alemanha nazista — berço dos parâmetros arianos — foram obsequiosamente seguidas como norte moral pelo povo alemão. Assim a ética de cada época é de aterradora flexibilidade. Como o futuro nos julgará pelos critérios éticos adotados hoje?

Além do juiz que cantou que não poderia ler os autos, agora temos o ex-novo ministro Mercadante que recentemente anunciou que “muitos morrerão pelas enchentes”. Ora, ora, parece até que combinaram, e estão todos se eximindo por antecipação. Pois alguém deveria avisá-los que é deles (já que parece não ter nenhum interesse em uma sociedade civil forte e organizada) a prerrogativa de adotar todas as medidas preventivas possíveis. Pois, se a mídia silencia, temos bem guardadas as imagens das cidades serranas e vítimas soterradas no estado do Rio.

Houvesse qualquer decoro e um parlamento móvel virasse o país do avesso, em dias uma comissão extraordinária seria criada para resolver condições estruturais ainda deploráveis no Brasil: educação, saúde/desnutrição e segurança. Por isso mesmo, não bastam cursos de administração pública, PACs ou economia aquecida, e são insuficientes slogans ou juramentos solenes sobre programa partidários. É necessário que a vocação política seja reinventada à luz do talento para trabalhar pelos outros.

Se o Estado realmente funcionasse, ninguém mais se importaria com auxílio-camareira, ajuda-vestuário ou patrocínio-moradia. O valor dos jetons poderia ser ajustado por indexadores da Bolsa, e liberar-se-iam as informações privilegiadas com direito ao uso dos dotes premonitórios às consultorias milionárias. Estariam permitidas aposentadorias duplas além de pensões vitalícias contemplando as castas dos três poderes. O país é tão espetacular e rico que há o suficiente para tudo isso. Mas, por favor: trabalhem. É o mínimo que se pode rogar a vossas excelências.





## Pequenos exemplos de como as coisas podem funcionar

29/12/2011

Não creio em nada sistêmico ou definitivo em área nenhuma. Não acho que possamos uniformizar e padronizar todas as normas já que as normas deveriam existir para nos servir e não nos colonizar. Falando da medicina, não importa o que se faça em termos de interferência farmacológica, de prevenção, fisioterápica, cirurgia, nem mesmo se serão vários tratamentos paralelos aos que o paciente precisa se submeter. O importante, o vital, é que o sujeito esteja no centro da ação clínica. É deste modo que haverá esperança para que a medicina seja repatriada a uma ação mais ampla, criativa, renovadora.

Qualquer que seja o ato terapêutico, caso adotemos uma filosofia em que o indivíduo, o sujeito particular seja o enfoque principal os resultados serão, de saída, muito melhores. Oxalá fosse tão simples convencer o mainframe que produtividade jamais substituirá qualidade, E esta revolução está totalmente ao nosso alcance. Qualquer classe social, em qualquer local. Isso pode ser feito desde que uma nova educação em saúde esteja em pauta.

Acabo de visitar o Centro de Medicinas Complementares em Jerusalém, Israel, que atende israelenses e palestinos. Literalmente: é procuradíssimo e respeitável oásis no deserto. Ainda que os serviços públicos por aqui funcionam muito bem, próximos dos parâmetros de primeiro mundo, dentro do centro médico Shaare-Zedek, ele parece ser mais eficiente ainda. Um dos grandes complexos hospitalares nessa área que surge como uma grande novidade médica. Não estamos falando de uma nova droga, descobertas sobre patologias ou novo aparelho para diagnósticos. Trata-se do Centro de Medicinas Complementares e Alternativas, cujo diretor é o médico generalista Menachem Oberbaum. O centro não está separado das outras áreas clínicas e há harmoniosa integração entre elas. Segundo o médico, hoje, os hospitais israelenses são obrigados pelo Ministério da Saúde a não só permitir, como estimular que tratamentos complementares funcionem sozinhos ou em paralelo com a medicina standart.

Quando adoecem as pessoas buscam cura, não conflitos étnicos

ou decisões médicas ideológicas. E mesmo em meio as piores rusgas e tensões históricas longínquas, na doença parecem todas acordar de seus tribalismos e, um dia, quem sabe, percebam que essa convívio – que seja na raiva e na contrariedade -- deveria ser o estado natural das coisas entre as pessoas.

Em meio a cultura de massas e com o sujeito pedindo socorro, o massacre que pretende eliminar qualquer aspiração à singularidade está em curso. Não há nada de conspiratório no que afirmo, mas é assim que a sociedade vem funcionando. Mesmo assim ainda não podemos ousar ensaiar uma nova medicina. Ela esbarcaria sempre em pensatas endurecidas, e em gente que não suporta a dúvida. Uma nova medicina teria um caráter tão pluralista e tão radicalmente democrático que transcenderia dicotomias anacrônicas do tipo medicina complementar X alopatia, cuidado X procedimento, atenção primária X atenção secundária/terciária, hospitalocentrismo X Unidades Básicas de Saúde, medicina X psicologia e assim em diante.

Uma novíssima medicina teria o mérito de parar para ouvir quem realmente precisa de assistência. E eles precisam de tudo, sobretudo Cuidado. Uma novíssima medicina tenderia a abolir e fundir todas as formas de atuação em saúde com o objetivo de ter sempre em conta o sofrimento de cada pessoa. Mas a nova medicina que vemos não é essa. Ela está muito mais encaminhada para a segmentação aos cuidados, para a edificação de super especialidades e experts, que entendem, só e completamente, a parte do corpo que desejam modificar.

A psiquiatria, por exemplo, que se rendeu aos padrões neurológicos strictu sensu poderia liderar e ser uma vanguarda das especialidades médicas contemporâneas. Mas ela talvez tenha se tornado a mais mecanicista porque, grosso modo, interpreta uma fantasia cara e perigosa como, por exemplo, a ação dos psicofármacos, como uma solução real para problemas mentais, das pequenas infelicidades ao cansaço. Jamais chegaremos aos 100% da eficácia na abrangência saneadora que deveríamos proporcionar as pessoas, mas a mera incorporação do psiquismo, das inquietudes espirituais, e das demandas pessoais, todas elas, já fariam uma enorme diferença.

Muitas vezes não se consegue compreender que a novidade do momento jamais esteve na comprovação biocientífica ou em uma ortodoxia teórica incompreensível mesmo que baseada em evidências”. Esteve, isso sim, no lugar de sempre. Aqui, bem aqui, escancarada à nossa frente: qualquer boa ação clínica tem que levar em conta o sujeito. Nem sempre, mas muitas vezes isso basta.



## Educação é educar-se

09/01/2012

Todos sabem que no Brasil temos feito progressos na inclusão de pessoas no ensino superior. Por outro lado, não está muito claro o quanto se sabe que o sucesso aparente não tem nada a ver com efetividade no aprendizado. Ensina-se, e não se aprende? Qual é afinal o objetivo da educação?

Decerto o que está por aí espalhado é que a educação é um processo que leva a encontrar melhores oportunidades no mercado de trabalho. Ou outra versão que assim a pessoa encontra e desenvolve seu talento.

Tomamos muitas coisas como dadas, mesmo quando elas não têm fundamentação alguma no mundo real. A maior parte das vezes o senso comum trata de validá-las por empuxo. Então, estamos na frente de dogmas e não do que realmente interessa: conversa, pensamentos e ideias.

“O mercado de trabalho tem sido cada vez mais uma incógnita para o mundo”

Vamos analisar um pouco essas afirmações.

Em primeiro lugar, o mercado de trabalho tem sido cada vez mais uma incógnita para o mundo. Do campo da pesquisa aos grandes escritórios de advocacia hoje pode-se contar mais os contatos que a pessoa desenvolve do que a performance acadêmica, mesmo extraordinária, do aluno. A maioria concorda que com a revolução tecnológica empregos formais ficarão mais exíguos, e o “sucesso” vai depender, cada vez mais, da flexibilidade e capacidade de adaptação dos egressos às novas modalidades de ofícios.

Quanto à arcaica concepção de talento, talvez caiba analisar que não é ao acaso que 67% dos alunos matriculados em escolas superiores federais no Brasil (dados de 2008) mudam de curso (ou desistem) depois do primeiro ano letivo.

Isso significa que os alunos que entram não têm a mínima ideia do curso que estão por enfrentar. Talentos merecem outra discussão pois certamente todos têm mais do que um são aptidões possíveis que precisam de estímulo e atenção, e em geral emergem na infância. Com exceção de gênios que nascem prontos, mesmo

os sujeitos mais inteligentes precisam de orientação para alcançar suas vocações apropriadamente.

“Há uma escolha moral a ser feita, que não se pode acusar de maniqueísta”

Não se pode esperar até a véspera do vestibular de passagem: uma instituição de triagem medieval para inspirar o aluno em sua carreira do coração. Ainda que os testes psicológicos vocacionais em muitos casos sejam úteis, eles não substituem o contínuo acompanhamento dos pais, o seguimento refinado e observador para saber no que o filho encontra prazer em se esforçar.

Sim, pois a ideia veiculada de que o sujeito precisa gostar do que faz pressupõe intuitivamente a ideia de que ele deve viver numa espécie de deleite permanente, enquanto a realidade estraga- -prazeres se apresenta de forma um pouco mais ranzinza. Mesmo com talento à pele, é o esforço continuado e a renúncia aos outros temas, distrações e prazeres que definem se a aptidão será fracassada ou bem sucedida.

Plantar a ideia mágica de que o ingresso no ensino formal ou faculdades que seja trará, necessariamente, um melhor encaminhamento na vida não passa de um tronco supersticioso.

Se não prestarmos mais atenção nos desdobramentos do tipo de atenção que damos para as crianças, o esforço posterior terá sido muito menos efetivo. Isso significa que o título educação é educar-se, de autoria do filósofo Hans Gadamer, envolve uma modificação do educador que educa, ou seja, qualquer adulto que tenha crianças sob sua responsabilidade.

Indo adiante, a missão da educação, formal, mas principalmente a informal, talvez seja mesmo a mais delicada e decisiva meta para se alcançar qualquer excelência política e social.

O capitalismo, se quer mesmo tornar-se menos selvagem, precisa compreender que os projetos sociais de ONGs, Ocips e todos as instituições não tuteladas pelo Estado precisam ser fomentadas não para subtrair uma culpa que deveria ser coletiva (e não só de quem arrecada mais) mas porque disso depende se iremos escolher o caminho da brutalização dos cidadãos ou seu contínuo refinamento, a ignorância ou a integridade. Sim, há uma escolha moral a ser feita, e o pior é que não se pode acusá-la de maniqueísta.

Somente assim a educação formal superior tornar-se-ia o desfecho de sucesso de que a sociedade precisa. Sem ela, continuaremos formatando experts sem talento e alimentando mitos, como por exemplo, que a educação termina com o diploma.

Educar-se é estudar-se.



## **Crack, fissura, e reality shows: é a sociedade quem precisa ser retirada do ar**

10/01/2012

Palavras dizem quase tudo, entretanto algumas têm mais valor simbólico que outras: A palavra agora é crack (racha, fenda, estrondo, estalido e, segundo o American Heritage, quebrar sem dividir em pedaços). Temos vários cracks históricos: o de 29 (por ironia a especialidade acadêmica de Ben Bernake, secretário do Tesouro norte-americano), o de 2008 nas bolsas americanas, o de 2010 nas europeias, cracks sociais, cracks simbólicos, cracks narcóticos e simplesmente crack, a onomatopeia, o som de algo se partindo.

Depois da grande desmobilização que sucedeu à queda do regime militar no Brasil, faz alguns anos que parece, nós, o povo, assistimos a tudo pela janela e pela TV. Na maior parte das vezes sequer nos levantamos para ver o que está acontecendo na esquina. Uma estranha passividade reina. Uma doença social imobilista, paralisante, que, diante da exaustão precoce, vai se instalando a ponto de tudo parecer normal quando nada está.

O problema desta vez não é só com a classe média – sempre a vilã contrarrevolucionária por excelência, mas que na análise retrospectiva se mostra uma força importante na sustentação das sociedades civilizadas pelo mundo. O problema poderia estar então na natureza voyeur da vida contemporânea. Estamos poluídos por imagens de alta definição, saturados com excesso de megapixels, ludibriados por amizades virtuais que escolhem “curtir” sem se envolver, emboscados pela vida mansa, vista de longe. E cada vez mais, cada vez mais longe. Nós é que estamos entorpecidos sem nos darmos conta da autodepredação. É chato admitir, mas nossa fissura – no duplo sentido – está em conservar uma distância segura desses viciados. De preferência, muros altos que ocultem o horror que nos cerca.

“Nada mais alienante – para ressuscitar uma palavra dos anos de chumbo – do que os reality shows”

Nada mais alienante – para ressuscitar uma palavra dos anos de chumbo – do que os reality shows. Que moralistas o chamem de cativeiros ornamentais com músculos à mostra ou narcisismo das

moças que buscam fama, pouco importa. Ninguém negará, contudo, que eles são um bom resumo da ideologia da sociedade industrial: mostrar e ser consumido.

O fato é que a vida não está ali.

E os que não podem consumir? E os fracassados que só olham de fora as benesses do Brasil bem sucedido: casas, hospitais, carros, salários e crédito? Como miragens, os itens sempre se deslocam para o além, onde nem os sonhos alcançam. A sociedade está viciada em segregar, e os segregados são ensinados a desejar o que lhes está sendo negado. Estamos ensinando sem educar, o que é perto do nada. Todos sabem que a conta não vai fechar. Mas, como é preciso amenizar, muitos buscam paraísos artificiais. Enquanto isso, o Estado vai dando sua mãozinha para a “República Drogada” e cuidando com todo o carinho da questão. E dá-lhe marretadas, cassetetes, pseudopacificação e agora emparedamento. E o tratamento? Por onde anda a assistência do Estado aos seus filhos? Pois há uma coisa em comum na Cracolândia, nas favelas do Rio, nas rebeliões sociais e na explosão do crime. A fórmula está certinha: caminhar sem se mexer para a frente.

É fácil ouvir-se por aí: que a repressão os massacre! Quem mandou ficar à mercê da droga e deixar-se imolar pela fumaça que mata? Quem mandou acreditar na equidade ou num sistema de justiça que funcione? Quem são eles para ousarem questionar o Estado? Afinal, pega mal para a economia, e nós precisamos honrar a imagem da nação.

“A inércia é a força governante. Ela nos leva à calamidade, sem que ofereçamos uma resistência digna”

É a inércia, e não a ação, a força governante. Ela nos leva sem que ofereçamos uma resistência digna à calamidade. Diante desse neo-hedonismo inculto das famílias ligadas no Big Brother (pobre Orwell), ficamos paralisados e sem saber o que oferecer como solução ao pesadelo. Agora, a última é que querem tirar o programa do ar! Ora, é a sociedade quem precisa ser retirada do ar. Tudo que nos restou foi dar espiadas. A tragédia é que ainda não nos demos conta de que é sobre essa realidade, e não a virtual, que deveríamos votar.

O tráfico, a violência impune (não me convenço de que está melhorando), o loteamento e o escandaloso centralismo partidário da atual administração federal são parte integrante desse cenário. Um teatro no qual os oprimidos foram vetados de antemão.

Mas vamos todos relaxar geral, pessoal, é só mais um filme do Pá-dilha! Logo mais, à noite, na Globo, a bestialidade e as cenas

de miséria parecerão realidade distante, malgrado estejam num raio de 10 quarteirões de distância de qualquer um de nós em quase todas as cidades brasileiras.

Se tudo já foi dito, talvez o mais inteligente fosse calar-se e deixar que levem de vez o caneco.

Não será possível, a esperança é incontrolável.



## Confabulação das florestas, fanatismo e veto

10/01/2012

Nos últimos tempos, a melhor notícia produzida por aqui foi sem dúvida a significativa queda da mortalidade infantil. Os índices caíram de forma expressiva – 47% nos últimos 10 anos. Muito desse resultado veio de mais investimento na atenção básica, na segurança alimentar e nos agentes de saúde. Mesmo assim, trouxe alívio discreto: ainda estamos bem atrás de vários países latino-americanos, e há uma estrada até alcançarmos índices de Primeiro Mundo.

Para compensar, teremos que encarar nas próximas semanas uma das piores notícias ambientais, tema intimamente ligado à saúde das pessoas – justamente no contexto que antecede a Rio+20. Inaceitável que assunto tão vital como nossa legislação florestal – um patrimônio natural, irrepetível e de escandalosa biodiversidade – ficasse nas mãos de um punhado de ineptos. Considerando o continente brasileiro, fica óbvio que qualquer estudo mereceria aprofundamento, pesquisa por região, planejamento e prazos maiores.

Há um viés ideológico oculto, que merece explicitação. Na visão imediatista e pragmática dos responsáveis pela revisão, recursos extraídos do meio ambiente não passam de apêndice utilitarista, o que, convenhamos, é ignorância inadmissível para quem pretende legislar. Como se não bastasse, atribuiu-se novo significado à palavra “sustentabilidade”: aquilo que oferece mais lucro em menor prazo, com aparência de baixo impacto ambiental.

“Inaceitável que assunto tão vital como nossa legislação florestal ficasse nas mãos de um punhado de ineptos ”

Fica claro, portanto, que nem este Congresso nem o Estado – isso envolve também o nível estadual e municipal – estão à altura da tarefa estratégica de pensar o Brasil para as próximas gerações. Cito os principais tópicos do espírito “flexibilizador” que norteou a reforma do Código Florestal para que o leitor julgue se há exagero:

- permissão para o cultivo em áreas de preservação permanente (APP)
- diminuição da conservação da flora em margens de rios
- isenção de multa e penalidade aos agricultores que desmataram



- liberação do cultivo no topo de morros

Com o foco centrado nas pastagens e culturas extensas dos "desenvolvimentistas" poucas vezes um conflito de interesses ficou tão escancarado. Compreende-se a gritaria e os pedidos de veto, mas ou estão todos cegos ou há um surto generalizado de ingenuidade. A manipulação é clara, e a mídia mordeu a isca ao reproduzir manchetes: "Congressistas derrotam o Planalto!" Não se trata de omissão deles, é opção política mesmo. Tudo é processado como se a administração federal estivesse alheia ao trâmite dos projetos de lei que os parlamentares mutilaram a gosto, até conseguirem a desfiguração do texto original. Ora, o governo tomou parte nisso e, agora, com canetada, quer sagrar-se herói.

O problema vai muito além da provável anistia aos profissionais da serra elétrica ou da metrificação para preservar margens dos rios e nascentes. O xix da questão é que, se juntarmos alienação da sociedade, gula do agronegócio, impossibilidade de vigilância e nossa diversidade geográfica, cairemos numa equação temerária. O desmatamento quintuplicou desde a saída de Marina Silva. Estudos sérios preveem a desertificação de áreas do Centro-Oeste e Amazônia em prazos inferiores a cinquenta anos enquanto o cerrado agoniza. Suspeita-se que o custo das generosas concessões do novo código signifique a extrema-unção para a Mata Atlântica.

Mas quem dá a mínima para visão prospectiva? No jargão dos que querem "tocar para a frente" qualquer oposição é ecofanatismo! Se considerar ecossistemas como sistemas vivos e pressentir quão vitais são à nossa espécie, então, sim, vamos assumir de vez: fanatismo, por que não? Não senhores, ninguém quer atraso! A pergunta não é "quem se opõe a um país desenvolvido?" mas "qual preço a sociedade pagará por progresso?"

Os ecossistemas em si constroem um código muito mais abrangente. Recentemente, descobriu-se que plantas possuem sistema de alerta sofisticado, acionado quando agredidas ou ameaçadas. Sob ataque, certas espécies vegetais podem amargar o gosto de suas folhas para se tornar menos apetitosas aos herbívoros. Provavelmente, macro e microbiomas possuem sistemas similares de adaptação, comunicação e reação.

Na confortável sensação da falsa democracia que vivemos, onde os mecanismos da vontade popular estão esmagados pela cosmiatria dos pleitos pouco representativos e o grande negócio comanda as decisões políticas, só nos resta rezar. Que as árvores e os biomas tomem a iniciativa para resistir aos crimes que estamos prestes a concluir.

Façamos um minuto de silêncio, quem sabe alguém escute a confabulação das florestas.



## Políticas de “desospitalização”

10/11/2011

A doença de Lula provocou uma explosão de artigos, editoriais e comentários, dentro e fora das redes sociais (poderíamos renomeá-las teias pegajosas?). As mais variadas teorias apareceram: do equacionamento para viabilizar o sistema público de saúde até quem enxergasse no sofrimento do paciente — e na espreita confessa por um mau prognóstico — a solução política. O mérito nisso tudo, se é que houve, foi a exposição do tema: de qual atendimento de saúde a sociedade precisa?

Não importa ter ou não simpatia pelo sujeito enfermo. Na medida em que habito outro século, considero decoro e privacidade essenciais quando se trata de gente doente. Porém, não resisti em examinar levas desses artigos, especialmente os que prodigalizavam a saúde ideal, tivéssemos “hospitais de alto padrão para todos”. Penso o contrário. Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que não é disso que a saúde pública do mundo precisa. Não foi por acaso que a conferência da OMS em Alma-Ata, 1978, ex-URSS, deliberou Sobre cuidados primários em saúde. A viabilidade dos sistemas públicos de saúde no mundo depende, no longo termo, não de atendimentos, cada vez mais especializados, mas sim de processos de descentralização, de participação comunitária, valorização dos generalistas e acolhimento institucional para práticas e saberes das várias racionalidades médicas.

Precisamos mesmo é de “desospitalização”, valorizando melhor as práticas de cuidado. Ações como a política de humanização dos partos – um tanto indigesto o eufemismo “humanização” para uma prática como a medicina – o médico de família e a política nacional de práticas integrativas e complementares são algumas das ações transgovernamentais que passam afônicas pela mídia. Há carência de atenção primária à saúde, e não só, pelos diagnósticos precoces que pode oferecer, mas na ênfase em cuidado. Noção quase perdida que renasce como perspectiva generosa em saúde.

Como comentou Elio Gaspari em sua coluna do domingo, um laboratório em São Paulo inaugurou um serviço único no mundo: oferece ressonância magnética em plantão diuturno. Excelente? Pode ser! Mas precisamos de tantas imagens? Perguntando de ou-

tro modo: por que aqui temos mais tomógrafos que no Canadá? A resposta está numa confusão essencial que se faz entre tecnologia e padrão de excelência em saúde. A necessidade das pessoas não é prioritariamente de tecnociência sofisticada nem hotelaria hospitalar de luxo, mas de atendimento clínico de qualidade. Há, sim, deficit de tempo para anamneses compreensivas que possam ir às minúcias de cada história clínica individual (a média mundial é de 20 segundos) e, com isso, não só evitar exames e diagnósticos em excesso mas oferecer às pessoas medicina preventiva de qualidade que ajude a evitar exatamente que se chegue aos transplantes, cirurgias complexas, terapias caríssimas, às vezes perigosas, geralmente à custa da bancarrota das famílias.

Seguindo o Idec (Instituto de defesa do Consumidor), os preços dos medicamentos no Brasil são em média “60% superiores ao maior preço na Suécia e 170% acima do mais baixo” e na média “o remédio brasileiro fica 90% mais caro que na Suécia”. Porém, não se pode dizer que a indústria farmacêutica, sensibilizada, não esteja preocupada com a saúde mental dos brasileiros; psicofármacos são oferecidos aqui em preços inferiores aos do mercado internacional. Quanta felicidade! Mesmo assim, faltam medicamentos básicos na maioria dos postos, e a saúde no Brasil ainda não se tornou assunto estratégico para o Estado (assim como a educação), a não ser para forjar slogans oportunistas durante campanhas eleitorais.

Por outro lado, nem sempre é possível atender o sujeito em um momento inicial da doença – quando a patologia é agressiva e progride célere – e então, sim, que existam bons serviços hospitalares públicos e privados na atenção terciária, que consigam acompanhar eficientemente as pessoas. Acontece exatamente o oposto: a malha de atendimento privilegia o modelo hospitalocêntrico oneroso, que pende às filas e, conseqüentemente, ao fracasso. Isso se disseminou pela cultura, fazendo com que as pessoas se sintam mais assistidas, não pela qualidade do cuidado que recebem mas pelo quanto se oferta em hospitais e sofisticação tecnológica. Além disso, os planos de saúde privados fizeram o favor de introduzir nova variável: o consumismo de procedimentos. Esse completo nonsense infiltrou-se também na mentalidade política. Dá mais prestígio inaugurar hospitais que manter centros de saúde e ambulatórios equipados com recursos materiais e humanos. As pessoas ficam mais maravilhadas com drogas de última geração (sem perceber o desastre potencial embutido nessas experimentações) do que com o resgate da velha relação médico-paciente.

Vamos esquecer o ex-presidente e voltar-nos para o que realmente interessa: num país com cargas tributárias confiscatórias

não são necessários novos impostos, bastaria destinar parte da verba de arrecadação já existente às estruturas que funcionam. Muitas permanecem heroicamente, mesmo contra o desejo das administrações, que só sonham com produtividade (vale dizer, número de atendidos) e impacto de grandes obras. A precariedade é proporcional aos desvios de verba e, com recursos, estrangulados, não há ação possível para os realmente dispostos a mudar a situação.

Isso já foi uma vergonha. Hoje, não há nome publicável para dizer o que é.



## **Corrupção na linguagem e a nova sombra do mundo**

6/8/2012

Nos últimas semanas pudemos ler e ouvir gente abusando de vitupérios contra os semelhantes, mas, desta feita, os xingamentos tiveram uma peculiaridade: os supostos algozes ou desafetos eram chamados de nazistas. O mais recente envolveu um cineasta e o curador de um festival literário. Não é um caso encerrado porque, cedo ou tarde, isso se repetirá. Reprisemos, na ordem reversa, as cronologias de outros fenômenos emblemáticos: piadas beócias e degradantes vinculando trens de deportação aos campos e uma estação de metrô, cineasta em Cannes confessa simpatia por Hitler, estilista britânico se declara nazista em Paris, escritor luso usa a expressão para criticar o governo israelense. Teocracias e ditadores dizem abertamente que o país judaico deve ser eliminado, teses revisionistas aparecem, primeiro timidamente, depois ganhando surpreendente apoio, sugerindo que o extermínio e os campos de concentração eram invenções dos roteiristas de Hollywood. Como se vê, a língua está bem mais solta. Definitivamente, há algo de podre.

Importante reconhecer as assimetrias morais entre os fatos acima inventariados, mas infelizmente fazem todos parte da mesma matriz, que sempre começa assim mesmo, com corruptelas de linguagem. A polêmica mais recente está no campo do ultraje desqualificar alguém como nazista tendo como agravante ter apontado o dedo para alguém que resistiu, e sobreviveu, ao nacional socialismo alemão. Ora, se diante de qualquer polêmica mais aguerrida ou de um temperamento mais inflamado formos lançar mão do termo, logo arregimentaremos de volta o próprio partido. Há ainda o agravante: chamar um judeu de nazista é, de alguma forma, o apogeu da perfídia. Isso é só mais uma prova indireta da força e triunfo parcial do revisionismo que banaliza o Holocausto.

É importante reparar que, nesses casos, não há por que encarar os fenômenos como manifestações intempestivas, no afã de provocar polêmica ou risada fácil. Desta vez, não se trata das baixarias televisivas, se trata -- e é isso que interessa -- de fenômeno mundial, de grave relevância política.

Preconceitos, como já nos ensinou a hermenêutica filosófica, não podem ser desprezados. Eles não só existem como vez por outra sua força reprimida vem à tona, eclodindo de forma nua, inaudita e, às vezes, execrável. Quando o sujeito se dá conta, pronto, a verdade simplesmente escapuliu da boca.

A promoção da cultura da paz é elemento essencial para qualquer civilização, e ela – se é que ainda há tempo – pode assegurar e garantir os direitos civis. Um dos papéis da imprensa sempre foi, de uma forma ou outra, promovê-la. Há urgência nisso. Por tudo isso o aumento exponencial de declarações antijudaicas – muitas vezes nuançadas – de astros, ícones da moda, diretores de cinema e jornalistas chama muito a atenção. Desde o fim da Segunda Guerra não se viam tantos atos de vandalismo e hostilidade contra judeus na Europa. Mas essa é apenas a parte visível, a onda é muito maior. Abrange as hostilidades anti-imigrantes que varre o mundo. O que elas têm em comum é que se nutrem da mesma sanha: ódio ao estrangeiro. Vale dizer, aos “estranhos” entre nós. Este não é um medo novo. Indo um pouco adiante na reflexão, toda manifestação mais veemente ou singular faz do sujeito um risco à mídia social. Para uma sociedade de massas, tudo que destoa pela autenticidade, veemência ou vigor merece repressão e repreensão.

Esse contexto, associado à escalada de governos xenófobos, de partidos de direita ou de esquerda – enfim reunificados numa causa comum – nos conduz a prognósticos desfavoráveis e, talvez, mais que nunca, faz valer a máxima – parafraseando Gramsci – de que a história ensinaria, desde que ainda houvessem alunos.

Inquietante observar que, quase acriticamente, a mídia jornalística parece dispor de paciência alongada. Transforma e replica declarações, deslizes da linguagem, e às vezes as próprias intolerâncias, em meras manchetes informativas. O sensacional vende, mas nem sempre a neutralidade é uma virtude.

Tudo passa, portanto, por um ódio polissêmico, sem foco definido. Pode ser que a aversão ao estrangeiro é que esteja na raiz desta nova sombra que invade o mundo. Mas há uma escolha: a maioria precisa renunciar à plataforma política de exigir uma sociedade homogênea. Por favor, deixem as minorias viver em paz.



## Justiça e grande justiça, para que servem?

19/04/2012

É justo que o diplomata iraniano com “imunidade diplomática” não seja indiciado pela suspeita do crime de molestar crianças em Brasília? É justo que a presidente da Argentina exproprie a Repsol sem discutir a indenização? É justo que a corte brasileira postergue o julgamento do mensalão até que prevaleça a tese de que ele não passou de “uma conspiração burguesa contra o governo popular”? O jurista dirá que a aplicação da lei não é ciência exata e contempla contextos. É verdade, mas quais os limites para que as regras sejam retorcidas? O fato é que, com tantas contextualizações, já nem se sabe se a justiça pode, de fato, cumprir seu papel constitucional como poder independente.

Claro que aqui neste espaço jornalístico não cabe definição de justiça, pelo menos ao modo dos compêndios de direito. Podemos partir do suposto consenso: a justiça é um dos fundamentos da democracia, portanto da civilização contemporânea.

Será?

Adotássemos outra perspectiva filosófica uma visão, mais ampla, surgiria. Mesmo que, às vezes, confunda-se justiça com hermenêutica jurídica o “senso do justo” inato é raro.

É conhecida a tradição do direito romano, e bem menos conhecida a do direito talmúdico. Nesta última a perspectiva da justiça não é só uma terminologia que se aproxima da ética. A justiça não é monopólio de juízes ou tribunais, religiosos ou laicos. É a justiça do dia a dia realizada e praticada pelos homens comuns. No sentido filosófico é um conceito de justiça que se aproxima da cultura e mistura caridade e diálogo. Segundo essa hermenêutica somos apenas, quando muito, aspirantes que devem se conformar com a condição de “justos que sofrem”.

Se justiça é termo tão cheio de significados, o que ela é e para que serve?

Na grande justiça podemos focar justiça como uma atitude que norteia a vida. Justiça como fundamento poético (estético também) e liberdade.

Sofremos por não ser possível aos seres humanos comuns — aqueles que não nasceram com os devidos pesos e medidas introjetados — escolherem a perfeição. Pois na santa imperfeição sofremos todos e coletivamente, exatamente porque precisamos de justiça. Justiça que não está ao nosso alcance, justiça longínqua, inacessível, justiça que só a vida teria potencial para oferecer. Mas nem sempre a potência se torna ato. Vira e mexe, saímos dos tribunais com documentos cheios de promessas.

Como a justiça não é inata um dos papéis humanos é tentar criar, contra o senso comum, o que não é espontâneo em nossa natureza. Assim como a indução funciona num experimento científico, a prerrogativa é assumir as responsabilidades das coisas que fazemos. Só renunciando à perfeição podemos repensar nossos papéis. Buscar justiça não é só condenar criminosos, organizar delatores, postergar o direito, marchar contra a corrupção, garantir as posses ou obter ressarcimento. Devemos recuperar a grande justiça. Agir de acordo com consensos éticos, malgrado conscientes da nossa própria brutalidade, omissão e de que sempre tentamos ser mais espertos. Mesmo assim, temos o dever de recusar a rendição às debilidades e vícios moralistas. Somos obrigados a conviver com sombras internas de uma natureza indissipável. Pode ser assimilada se formos mais compreensivos diante da irreversível condição de seres intermediários.

Apenas em parte a alarmante corrupção que corre solta é explicável pela maior transparência. O jogo da atual administração está claro: abafar o que a opinião pública sente na carne. Mas isso nem funciona nem basta. O poder se perdeu e o resgate da credibilidade não é mais tarefa simples. A epidemia de violência que vivenciamos em todo o País, por exemplo, é um dos efeitos colaterais da falta de cultura da justiça lato sensu.

Em outras palavras, será preciso recuperar, através da cultura, o sentido do justo. Noção, falsamente ingênua, presente nas várias tradições. Por acaso somos justos, sequer razoáveis, no julgamento que fazemos dos outros? Quem denuncia a denúncia de quem denuncia quem denunciou?

É polêmico, mas temos que considerar a hipótese de que já faz tempo que o direito institucional perdeu o sentido filosófico do justo. A sociedade clama justiça como punição. Esqueceu-se do fragmento solidário que torna a justiça uma aliada do cidadão e não seu algoz. Precisamos recuperar essa outra dimensão da justiça. Isso, só isso, já produziria enorme mudanças no mundo prático e no universo político.





## **Sabemos o que você acabou de teclar: a nova polícia do pensamento**

*23/02/2012*

Seus dados armazenados estão seguros, e você confia no sigilo de tudo que tecla, correto? Está seguro de que todas aquelas bobagens que deletou antes de postar ficarão apenas na sua memória? E, a menos que algum hacker maluco cisme com você, não há o que temer, confere? Caia na real. Não há mais nenhum motivo razoável para acreditar em privacidade.

Segundo reportagem do New York Times, a máscara ruiu desde que, por desconfiança, um estudante de direito austríaco solicitou seus próprios dados ao Facebook. Para sua perplexidade, em poucos dias recebeu um dossiê de 1.220 páginas, inclusive tudo que havia deletado e jamais postado.

Não para por aí. Coisas muito similares aconteceram com o Google há alguns anos, quando, do dia para a noite, um livro com copyrights havia sido inadvertidamente disponibilizado para download. Milhões o baixaram. Pois não é que à noite, enquanto os usuários dormiam, ele foi simplesmente sugado dos computadores? As empresas citadas admitiram os erros. Prometeram reter dados por tempo menor. Medidas quase inócuas, diante da gravidade do problema.

Se os dados das pessoas têm valor comercial, mais informações, mais dividendos no mercado acionário. Acontece que seus dados valem muito mais que dinheiro. Estamos falando da grande moeda: aquela que dá acesso ao poder. Saber o que cada usuário lê, ouve, escrutinizar preferências pessoais, e as navegações que fazemos, alimenta um vastíssimo mercado de pesquisa de tendências. Tudo não passaria de mais uma sacada comercial: você usa e dá em troca as informações que eles precisam.

Mas a jazida de ouro puro não está aparente: são as estatísticas colhidas que depois descem às planilhas do marketing político. Em poucas palavras: manipulação das massas. A lógica oculta desta transação, a grande jogada, é o controle cibertecnológico,

que pode incluir extorsão e chantagem. É a versão 2.0 da nova polícia pragmática do pensamento.

Há algo inédito, que não figurava nem nos sonhos dos espões mais otimistas: as pessoas alimentarem voluntariamente, com dados íntimos, a máquina que permite controle progressivo. O Estado, que depende da onisciência para sobreviver, esse é o verdadeiro Big Brother (nada a ver com chanchadas na TV). O Estado que para atingir o grau de controle hegemônico sobre a sociedade precisa explorar suas vulnerabilidades e devassar toda intimidade. Estados policiais, fascistas ou comunistas, foram apenas balões de ensaio para essa nova era. O estado moderno evoluiu, e, mais pragmático, escolheu a eliminação do segredo nas vidas privadas, ainda que elas sejam a última ilusão romântica.

Vale dizer, a título de organizar o Estado esse mesmo gera material para descobrir como colocar as mãos nos cidadãos que não estão se comportando. E em qualquer sistema hegemônico a desobediência tem amplo espectro. Vai do jornalista impertinente – que sempre pode ser expulso, multado em milhões ou eliminado – aos descontentes e inimigos políticos.

Delírio conspiratório? Provável, mas isso não significa que a polícia do pensamento não tenha chegado ao seu link. Quando o site controlado por Assange vazou dados secretos dos governos ocidentais milhões aplaudiram sustentando que aquilo foi uma resposta, um ato político legítimo. Além de enriquecer rapidamente, teria sido bem melhor se o australiano não tivesse sido tão seletivo contra seus adversários ideológicos. Ainda mais confiável, se o feito alcançasse os países cuja repressão perdura tão brutal que não comporta, sequer, vazamentos. O que diferenciaria esses supostos benfeitores de um especulador qualquer que faz vazar dados ou promove espionagem industrial na empresa concorrente? Ah, alguém há de dizer, mas Wikileaks só denunciou mentiras públicas. Mas omitiu outras, e a seletividade de fontes é sempre suspeita.

A democracia tem lá seus defeitos, mas uma única virtude supera todos eles: ela sempre permite alguma autorretificação. A próxima vez que ler as notícias anote: “Furos de reportagem sempre tem um alvo”. Torça para não ser o próximo.



## **A crise da cultura: precisamos fazer as tradições falarem de novo**

*16/02/2012*

A crise financeira global ameaça diretamente as conquistas sociais, e, como a peste recorrente, quem pagará a conta serão os pobres e a classe média. Previsível que a sociedade reaja, porém, quando se tensiona o estado de direito com incêndios, saques e explosão de crimes. Precisamos analisar melhor o que está acontecendo no lugar de aceitar tudo tão passivos. Esta geração é testemunha de um rito de passagem. E estamos bem no meio. Deve nascer uma nova consciência sobre o que será a atividade política. O capital especulativo luta contra as forças de produção. A coisa pública vem se tornando coisa partidária. O voto se tornou a cédula mais cara já inventada. A impressão que se tem é que uma referência normativa interna foi deletada, justo a que autorregulamentava os parâmetros éticos.

Trago a opinião de um famoso advogado muito bem informado: “Os políticos precisam mesmo fazer ‘caixa’ para se defender dos inexoráveis processos que sofrerão quando deixarem seus postos. Hoje em dia todo mundo tem um dossiê contra alguém”. Então, é um problema generalizado: situação e oposição parecem pensar da mesma forma, pois um dia sabe que se revezarão nos cargos. Com isso, tudo parece lícito, e qualquer denúncia do “mal feito” pode ser sempre abortada ou desqualificada sob a acusação de demagogia dos inimigos. Mas o poder é corporativo e, salvo exceções, enriquece. Rapidamente. Ora, se é carreira com tantos dividendos, poder-se-ia regulamentá-la, mas, para isso, precisaríamos costurar novo contrato social. Esqueçam, eles não são só eles: todos somos cúmplices.

Um pragmatismo selvagem tomou conta das sociedades que identificam desenvolvimento econômico com bem-estar, acúmulo material com felicidade, e progresso/evolução com abandono das tradições. Vivemos o paradoxo de uma era com inimaginável disponibilização de informações num contexto de paupérrima reflexão. A palavra cultura, que tem origem etimológica no cultivo e envolve “a totalidade dos padrões de comportamento, artes, crenças e instituições”, foi reduzida a entretenimento e distração.

Tudo deve ser rápido, com poucos caracteres. Os artigos, digestivos; as músicas, monofônicas; as imagens, instantâneas. É satisfação garantida, ou seus milhões de acessos de volta.

E ainda há essa praga chamada de “formadores de opinião”. Mas quem foi que disse que cabe aos intelectuais decretar se existe alma, se o conhecimento metafísico é obsoleto, ou aos cientistas militar em cruzadas a favor do racionalismo mecanicista?

Pois há uma relação entre o lento apagamento das tradições e o desesperado rastreamento por algo que as substituam. Tradição como conjunto de saberes e práticas de cada comunidade. Buscamos substitutos para a vida espiritual que vai se extraviando. O malogro é previsível, já que não existe consciência-estepe ou prótese que reponha a tradição de cada sujeito. Para os mais jovens, vai ficar cada vez mais duro. Diante dos valores revirados no lixo sobra pouco, e não é nada espantoso que estejamos mergulhados em futilidades, sob a pandemia de drogas ilícitas e maciça medicalização com substâncias congêneres.

O notável é ver a expansão da pobreza subjetiva, a que faz reduzir as expectativas espirituais. Na outra ponta, ocupando o imenso vazio, o proselitismo tosco com púlpitos eletrônicos e díizimos instantâneos. Não há mais como disfarçar a distorção generalizada dos valores transcendentais. Não me refiro exatamente à transcendência do tipo religioso, seja qual for o culto do cidadão.

É para ficar maluco mesmo.

Pois essa miséria reafirma a primazia das coisas e da matéria sobre tudo e todos. Estrangula o horizonte que deveria nos alimentar. O fantasma é gigantesco, a armadura pesada, a ignorância persistente, e talvez não haja, sequer, cura. Mesmo assim, enquanto tivermos voz, podemos fazer com que as tradições falem de novo.

De preferência, o que nunca se ouviu antes.



## Procuram-se leitores desesperadamente

15/12/2011

Todos ouviram a declaração do filho do homem com sobrenatural faro para negócios. Foi preciso coragem para assumir ter lido apenas um livro na vida. Os jornais repercutiram a notícia no tom brincalhão com o qual se aborda as excentricidades do mundo vip.

O depoimento não teve o impacto que merecia. Fácil explicar, boa parte das pessoas não lê, a começar pelos políticos que nem leem e sequer contestam e-mails dos seus eleitores. Por um capricho dos céus nem todos reagem da mesma maneira, e me incluo entre os poucos para os quais a notícia daquele solipsismo literário foi uma deprimente mensagem da realidade.

Além da relativa baixa oferta e do ainda caro acesso aos livros, precisamos considerar o problema dos exemplos. Sabe-se que filhos de pais não leitores têm reduzidas chances de mostrar apreço pela bibliofilia. Se realizássemos enquete no Congresso Nacional para saber os últimos cinco livros consultados pelos parlamentares, ninguém ousaria duvidar dos resultados chocantes dessa pesquisa.

Aliás, deve mesmo haver um problema estrutural de leitura entre nós, já que o juiz relator do Supremo Tribunal Federal acaba de confessar que não conseguirá ler até o fim os autos do processo do mensalão e que, portanto, o mesmo prescreverá em 2013. Quando nada, é suficientemente absurdo, já se pode atestar: trata-se de uma época amorfa. Paciência, é só o que temos tido, não é mesmo?

Lutamos muito para superar estereótipos, mas a verdade é que ainda vivemos sob o espectro do País do Futuro, imortalizado pelo escritor Stephan Zweig. Pudera, o país conta com aproximadamente 77 milhões de não leitores pelo levantamento do Instituto Pró Livro (2007). Segundo recente estudo da Unesco, ocupamos uma discretíssima 47ª posição em relação ao número de leitores. Por outro lado, em 2010 foram 500 milhões os livros publicados no Brasil, um aumento de 23% em relação a 2009. Com a nova classe média, a realidade editorial encontra-se em transformação, mas não sei por que, há uma velocidade que não

convença. Pois, como explicar que no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano do ano passado fomos ultrapassados por países como Jamaica e Bósnia?

A falta de interesse em leitura de nosso atual establishment desvela uma percepção que talvez, infelizmente, seja a da maioria: cultura é artigo em desuso, notoriamente supérfluo. De seu lado, a literatura resiste e não se rende ao utilitarismo, não tem pretensões à capacitação intelectual, nem o mercado de livros está comprometido com qualidade (com folga, autoajuda ainda lidera as vendas).

A arte literária é assunto mais sério e politicamente relevante que o senso comum pressupõe, já que representa a totalização dos sentidos num momento histórico. Diante de um livro, acadêmico ou não, somos chamados a reagir com o espírito, e a indiferença torna-se quase impossível. A pena por menosprezar o pão do espírito é viver mutilados e apartados do saber.

Nesse sentido, valeria a pena uma mobilização nacional que instigasse famílias inteiras à leitura? Iguamente, seria de interesse estratégico nacional que os filhos da riqueza estenda-se a oferta especialmente aos nossos parlamentares assimilassem um repertório bibliográfico mínimo.

Nessa campanha cívica ninguém seria obrigado a saber sintaxe ou esmiuçar os personagens das ficções. E ainda que ninguém se convencesse da importância de Homero, Kafka ou Machado de Assis na avaliação dos mercados futuros, pequenas assimilações gerariam, no longo termo, eleitores mais críticos e, quem sabe, uma elite menos dura, mais generosa e permeável aos problemas que afligem o país. Sim, mas é claro que capitalistas esclarecidos teriam mais a oferecer. Verdadeiros estadistas poderiam emergir e associar o melhor do empreendedorismo privado e eficiência administrativa, dirigindo seus esforços para melhorar a coisa pública. Ademais, produziriam turbulência no cenário político viciado a que estamos sendo submetidos desde a redemocratização do Brasil.

Mesmo que não funcione, teríamos ao menos aplacado a miséria que existe na riqueza e no acúmulo, reduzindo a imoral pobreza de espírito que o fantasma da ignorância assopra por aqui.



## Epidemia de intolerância

1/12/2011

Colocar voto na urna pode assumir várias conotações. Gosto da democracia, mas não posso dizer o mesmo em relação ao comportamento da maioria dos candidatos, já que geralmente ele corre fora das telas e dos jornais. Sempre me perguntei por que a desonra – corrupção, fraude ou até simples suspeição de conduta imprópria – era frequentemente motivo de suicídio entre políticos japoneses. Pois aqui, tivemos raríssimos casos – mesmo contabilizando versões mais brandas como acessos de culpa – acometendo parlamentares brasileiros.

Chega a ser notável como as mesmas caras reemergem em cada pleito, com o passado deletado, pedindo votos e verbas como se nada tivesse acontecido. Eles devem ter razão, nada aconteceu. Mirem-se no exemplo do bom Delúbio, que acaba de declarar que “não há nenhuma prova que o mensalão tenha existido”. Ficamos muito gratos pela lembrança. Então, cabe perguntar: serão nossos políticos geneticamente refratários à culpa? E, nesse caso, que grande oportunidade para a ciência! Vamos investigar Brasília e sua peculiar atmosfera sem vestígios de supergo. Sempre se pode escolher um corte mais sociológico e pesquisar o que leva nossos representantes a imaginar os eleitores como paspalhos desinformados.

“Chega a ser notável como as mesmas caras reemergem em cada pleito”

Gostaria muito de compreender por que somos complacentes, quase relapsos, com o “malfeito”, destarte altamente intolerantes no trânsito, na escola, no convívio diário com os nossos. Parece que simplesmente esgotamos a capacidade de nos indignarmos com o que realmente alteraria os rumos da democracia: um povo unido, solidário, gritando do mesmo lado. Como recuperar a capacidade de reagir sem pender à brutalidade, ao tribalismo, ao partidarismo?

Recuso o diagnóstico de que a experiência humana fracassou. Como tantos que recebem más notícias, luto contra o veredicto. É que às vezes, a realidade toma uma dimensão tão grotesca que torna a esperança artigo sem efeito. Evoco o caso do motorista de

ônibus em São Paulo que, apresentando mal-estar súbito, talvez apenas um episódio de hipertensão arterial, provocou trágico acidente e depois acabou trucidado por covardes bêbados que saíam de um baile funk.

Contorno a pergunta óbvia e dirijo-me ao ponto: aonde desejamos chegar?

É inevitável enxergar a interconexão dos fatos.

Políticos esquivos, que jamais assumem culpa, estão para motoristas bêbados que assassinam pelas ruas do país ou turbas que lincham. Há percepção da opinião pública – explicitada ou não – de que seja qual for a gravidade do dolo parece não haver consequências proporcionais, especialmente para os enfileirados ao lado do poder. A justiça ainda é uma miragem e evidencia como estamos distantes da restauração da educação social no lugar de mais megapresídios.

O Brasil, que poderia comemorar exultante a diminuição das desigualdades sociais, vê-se agora às voltas com a epidemia de intolerância. O bombardeamento de tantos antiexemplos, que funcionam como espelhos, torna as pessoas mais predispostas para assumir papéis de árbitros e, conseqüentemente, executivos da moralidade instantânea.

“É realmente perturbadora a epidemiologia de violência que enfrentamos”

É realmente perturbadora a epidemiologia de violência que enfrentamos: no Brasil já é a primeira causa de morte entre adultos jovens. Também, quem dera, com tantas franquias concedidas para a promoção da justiça instintiva. Aqueles que hoje perseguem professores, esmurram colegas e dominam os ambientes pela violência farão bela carreira diante da renúncia do Estado em promover justiça e paz social.

Precisamos acordar um pouco mais cedo.





## **‘Bullyings’ de Estado**

03/11/2011

Está em curso uma expansão exagerada da aplicação do conceito de bullying, e não pretendo historicizar a terminologia, vou me aproveitar dela. Bullyings estão famosos, mas não são novidade, apenas reflexos da ausência de uma educação que ninguém mais sabe qual deve ser. O detalhe é que boa parte dos desmontes de personalidades começa nos lares. E é nessa hora que acionamos mecanismos defensivos não conscientes para bufar de alívio: “ainda bem que foi lá longe”, “não são meus filhos”, “aqueles selvagens”. Só que as perseguições ultrapassaram as quatro paredes. Qualquer abuso contra pessoas é opressão. Quando digo “pessoas” não me refiro ao sujeito anônimo, que não conhecemos e provavelmente nunca saberemos quem é. No entanto, cada criança ou adulto vilipendiado, tem nome e identidade.

Palavras são armas brancas, as mais afiadas já inventadas, e o mundo todo afunda toda vez que alguém é constrangido. A fisiologia da agressão começa nas comparações que as tribos fazem entre si: estranhar o diferente, apontar quem não pertence à maioria nem está na média. Pode ser a gorda, o quatro-olhos, a calada, o filhinho de papai, a pobre, o delicado, a negra, o judeu, o oriental, o galego, o delicado, o esquisito, o burro, a oferecida, o puxa-sacos, o que fala errado, os queridinhos da professora, a hippie ou o engravatado. Catálogos de estereótipos são inesgotáveis, e nenhum deles faz jus à nossa capacidade de segregar. Ocorre na escola, no emprego, e em casa. Vale dizer, há uma educação ideológica subliminar oculta pelo manto da competitividade, que ensina a discriminar.

Não é difícil entender por que as portas de contenção estão se arrebatando. A novidade é o bullying de Estado. Os cidadãos não reconhecem mais a autoridade, e o Estado reage, geralmente de forma covarde, contra seus habitantes. Contra o novo inimigo, o Estado aperfeiçoa os recursos: cassetetes, censura, impostos irracionais, legislação autocrática, promessas insustentáveis, ausência de regras claras e abuso de poder. A sentença de George Orwell “uns são mais iguais que outros” nunca pareceu fazer tanto sentido. Não poderia dar outra. Os conflitos ganharam as ruas. Alguns só querem saquear TVs de plasma, mas muitos, legitimamente perdidos,

se perguntam onde está a ética, se a lei serve a todos e se são justas. Afinal, quais são as regras do jogo? Não se trata de recaída moralista, mas até onde iremos com a cegueira, quando diante de nós está uma corrosão estrutural no conceito das res publicas!

Aqui, como no resto do mundo, distorções importantes são rotineiras: acidentes evitáveis, como as tragédias recentes em Santa Teresa e nos parques de diversões no Rio de Janeiro e em São Paulo, violência urbana com motoristas embriagados impunes esmagando transeuntes em calçadas. Em todo caso, a ré “fatalidade” sempre estará disponível para vestir carapuças. Os poucos acertos das administrações tornam-se exceções em meio aos descasos gritantes como as enchentes vindouras, as próximas epidemias de dengue, o abandono do SUS, os salários aviltantes e a irresponsabilidade com que se derama o dinheiro público no não prioritário.

Mas que cesse já qualquer paranoia dos políticos. Nada interessaria mais aos cidadãos que tudo isso estivesse bem encaminhado. Não está. E somos nós os culpados por outorgar mandatos com carta branca. Não admira que, segundo recente pesquisa, o apoio à democracia caiu nove pontos percentuais no país. Mesmo sabendo que não existe outra opção à vista, as pessoas desanimam e concluem que o problema está na democracia e não em sua subutilização. Escondemo-nos bem nos novos becos contemporâneos, que são os condomínios, as fortalezas, os shoppings, e até na larga cabana do estoicismo e da alienação. Não é só classe média, a sociedade como um todo vai se acostumando com miniestados paralelos – milícias substituem polícia, fusões corporativistas, castas nepóticas, caixinhas partidárias e privatização dos negócios públicos. Para suportar a calamidade, espalhamo-la.

Muitos entendem que a saída é acirrar os tribalismos. Subdivisões irracionais que redundam em mais ufanismo, classes sociais, princípios, ideias formadas e convicções. A outra saída tem sido substituir vida real pela virtual. Viver através das telas parece sedar as dores infligidas pelas promessas de excessos e a subsequente impotência resultante do fracasso previsível. Quando o refúgio cybertech não for suficiente, sempre poderemos engolir antidepressivos ou partir para o bar. Calar frente às injustiças é ajudar a sustentar a coisa ignominiosa em que as relações entre pessoas estão se transformando. Quem aparentemente ganha são os de sempre, os patrocinadores da violência, da intolerância, do lucro financeiro obscuro. Há quem analise o atual estado de coisas e a anomia como “processo evolutivo”. Se for isso mesmo, e aceitarmos que tudo caminha conforme o figurino, urge encontrar novo significado para “processo evolutivo”. Palavras estão sendo testadas, mas talvez fique “ordem e progresso: rumo a lugar nenhum”.



## Para entender a bagunça

27/10/2011

Alguém já pensou que talvez só façamos sentido porque vivemos juntos? Que é o outro que nos dá o sentido de existir? Vale dizer, será que só vivemos porque outros podem nos testemunhar? Não sei. Mas sei de um sentido comum que nos une: viver como pessoas singulares.

Essa é a beleza de uma ética e de uma mudança na consciência das pessoas. Posso estar delirando é o mais provável mas parece que não está mais fazendo sentido viver só para si, nem viver como os outros ou conforme os outros. Há, sim, um mistério. Talvez mais que isso, um paradoxo desafiador. Precisamos ser cada vez mais o que somos e ao mesmo tempo aprender a conviver na diversidade. A generosidade que advém da moral pregada em ensinamentos dogmáticos não pode alcançar isso: só fazemos sentido se o outro também puder fazer sentido. Admito, parece complicado. Mas perguntem-se, não seria maravilhoso?

Alguém pergunta: Você pensa mesmo isso?

Não, mas não me falta vontade.

O ser humano é um horizonte ambivalente, mas foram as vivências particulares de cada um, aquelas que abriram espaço às transformações radicais em nossa era. Para compreendê-las melhor, temos que recorrer à história e, mais especificamente, aos seus efeitos. Mas a reflexão aqui não é sobre revolução tecnológica, mas sim sobre nossas biografias, que são compostas por instantes, vale dizer, instantâneos.

Somos parte de uma onda, e nela nossas micro-histórias se constroem e estão conectadas ainda que à nossa revelia. Nada a ver com links eletrônicos, mas com esse fluxo muito maior que se chama história. Arrisco-me a dizer que somos uma família que perdeu a árvore genealógica. Se alguém tiver paciência, pode rastrear e verá muito além dos nossos ancestrais imediatos, talvez chegue aos primeiros habitantes da Terra.

Depois da dupla derrocada neoliberalismo/comunismo e do insustentável capitalismo selvagem de Estado sem democracia praticado pela China, acredita-se que os sistemas faliram ou estão muito

perto disso. Basta perguntar se, com mudanças operadas dentro de cada um, haveria tanto excesso? Sem o consumo exagerado depararíamos com tamanha destruição da biosfera? Miséria material é miséria, mas há muitas outras. A moral dessa história talvez também não seja como já se cantou por aí “luxo para todos.

Há quem trabalhe convicto, dezoito horas por dia, e há quem reclame de jornada de quatro, mesmo cumprindo somente duas. E ainda temos categorias intermediárias entre workaholics e vagabundos. Por isso malogra sempre a idealização que sonha com equidade assim como quem baseia a vida em médias e estatísticas. As pessoas se contentam com coisas diferentes, e as necessidades são tão variáveis quanto o número de habitantes. Pouco importa se isso parece resignação ou retórica conservadora: a experiência emana da vida prática. Isso nada tem a ver com justiça social: a fome e a exclusão em que ainda vivem milhões são a cara da inércia desse nosso sistema representativo, a atual regra do jogo.

Parece certo, há um solo comum de A a Z: ninguém quer fracassar. E o fracasso não é não se ter o que se quer, mas muito mais: não saber para que se deseja o que se deseja. Este saber, só o conhecimento de si mesmo pode fornecer. Nós somos a parte que depende do todo e não são Estados, Governos ou sistemas financeiros que darão a solução. É para essa interdependência entre público e particular que devemos direcionar nosso olhar quando enxergamos as brutais oscilações do mundo. E não se pode conhecer essa força (podemos chamá-la de intersubjetividade) com as mesmas bases com que se conhece, por exemplo, a evolução das espécies.

Essa percepção poderá mostrar que qualquer sistema de organização social precisa respeitar pessoas e não coleções de votantes. A psicologia deixaria de ser um apêndice incômodo e seria usada em sua mais nobre acepção. Ajudaria as pessoas a viver melhor sob o constante e insanável mal-estar difuso que psiquiatras podem até chamar de depressão, mas a verdade é que não se sabe ao certo o que é, a não ser que é o desconforto de uma geração. Estamos vendo emergir algo realmente novo, que pode fazer renascer a dignidade das pessoas e facilitar o ressurgimento da totalidade e do sujeito como centro das decisões. Alguns podem opinar que analisar a política a partir da psicologia está mais para literatura do que ciência. Para mim, isso está mais para elogio que acusação.



## Milagre, antropogenia e cientificismo

20/08/2011

A questão da ciência - seus limites e critérios - está sempre voltando à pauta jornalística. Artigos recentes lembraram a perseguição que cientistas americanos vêm sofrendo por acharem resultados que às vezes contrariam expectativas populares no caso de novas evidências surgidas contra a hipótese do aquecimento global.

Há quem ache que a ciência fará milagres. A tradução deste termo nos remete a múltiplos significados etimológicos. Mas o fato é que sempre que um extraordinário acontece, recorremos à palavra. O milagre é, provavelmente, muito mais banal que supomos. Seriam as marcas de um acontecimento extraordinário, transcendente? A natureza do milagre, vale dizer, seu propósito, é exatamente forçar-nos a admitir que há algo além, muito adiante da curva do insondável. Talvez o que não dominamos, ou nem sonhamos em conquistar: o inexplicável. Exatamente tudo aquilo que nestes estertores de pós-modernidade não nos é mais permitido.

Por isso vê-se necessário explicitar a diferença entre atitude científica e cientificismo. Na inquietude científica, encontramos os autênticos elementos de ética e recato que pesquisas e pesquisadores devem ter: a cadência da humildade, a suavidade mental para admitir que há, inclusive, mais segredos que explicações, o respeito pelo contraditório e inacabado. Enquanto isso, na outra ponta, o cientificismo tornou-se uma seita: adota uma percepção seletiva, determinista, às vezes dogmática e descontextualizada.

O milagre é lugar-comum, porque não é difícil verificar que o comum contém o milagroso. Acontece bem na soleira das nossas portas ou aqui mesmo, dentro de cada organismo. A respiração e as trocas gasosas de captação de oxigênio e eliminação de CO<sub>2</sub> (gás carbônico) são milagres que acontecem 31 vezes por minuto. A manutenção da temperatura corporal humana de 36,8 graus (em média), mesmo quando há frio e calor excessivo, também poderia figurar nesta categoria. É a homeostasia - uma excepcional constatação do médico fisiologista Walter Bradford Cannon

nos anos 30 - a capacidade de nos manter razoavelmente estáveis em um meio altamente instável. Os pequenos milagres, ou sinais de vida, têm uma constância absurda, e faz bem alguma humildade para não atribuir tudo ao acaso.

Afinal, muitas coisas que estamos tentando curar com a tecnociência nossa de cada dia - entre as quais a destruição da biosfera, a desclimatização do planeta, as patologias provocadas por radiações ionizantes, a explosão de moléstias neuro-degenerativas, a farinização e industrialização dos alimentos - são enfermidades artificiais, produzidas por nossas próprias decisões e meios de vida. As modificações que o homem introduz no meio ambiente são conhecidas como antropogênias.

Ao mesmo tempo, deparamos com um avanço das ciências aplicadas, tanto espetacular como perturbador. Há confiança excessiva no domínio frágil, se não perigoso, da própria natureza. Isso se alastra por todos os cantos, da medicina à astronomia, da física à biologia. Mas essa inflação do papel da ciência nas nossas vidas embute um impasse, já que ele não nos torna automaticamente aptos para assumir, nem a compreensão nem a onisciência prometida.

O inconcebível avanço da tecnociência é um marco da capacidade humana, mas seu uso, e preço, pouco razoáveis. Podemos enxergar o tamanho do exagero? O endosso generalizado e acrítico com que passivamente aceitamos todos esses instrumentos e artefatos?

Escancaramos as porteiras da medicalização da vida e fomos um pouco adiante: a cientifização da existência.

Por isso é salutar provocar com o desconhecido. Acreditemos ou não nele, os milagres evidenciam desafios. E o desafio não é só seguir adiante num mundo fraturado, com as tradições, todas elas, em frangalhos. Estamos em plena era dos descartes - prematuros e erráticos - das necessidades subjetivas, do mundo interior, da arte e da filosofia como forma de vida (ou de morte). Mergulhamos no pragmatismo cru, nas hiper-racionalizações que bloqueiam a vida, quando na verdade a vida e a saúde são a regra, as anomalias e as doenças, dolorosas exceções.

O desafio agora é autocrítico, e, eventualmente, considerar retroceder, como fez recentemente a Alemanha ao dizer não às centrais nucleares. E por que não voltar passos atrás? Diante da extensão do incognoscível precisamos reconhecer a extensão da arrogância e a soberba intelectual que nos possuiu. Possuiu-nos frente ao que não sabemos nem controlamos. O homem pode produzir milagres - e o fará cada vez mais - assim a ciência demonstra. E é bom que seja assim.

Vibraríamos todos com tetraplegias curadas com elétrodos, e quando nossos recursos tivessem se esgotado seria absolutamente genial acompanhar exércitos de robôs extraindo água de asteroides congelados. O inconcebível é imaginar um domínio arrogante, que despreza os efeitos colaterais das interferências: aí está a sobrenatural empáfia do cientificismo.

Sempre me interessei por robôs, mas também sempre lamentei que eles, ao menos nas ficções, acabem se insurgindo contra seus criadores: foi assim em 2001, *Uma odisseia no espaço*, de Arthur C. Clarke, e se repetiu em *Eu, robô*, de Isaac Asimov. Não é só uma ética duvidosa, em uma palavra, ingratição, esta das máquinas. As referências são oportunas para mostrar que, tal qual velhos robôs, também podemos nos enganar. É possível até prescindir de atribuir uma autoria ao Cosmos e substituí-la por esse androide mítico chamado tecnologia. Se é essa é a grande revolução do século 21, ficamo-la devendo às próximas gerações.



## Execráveis tambores, explosões racistas e o mal do mundo

06/04/2012

Günter Grass acaba de agitar seus atabaques ao publicar no *Süd-deutsche Zeitung*, em seguida reproduzido em outros jornais e mídias da Alemanha, um poema de quase setenta versos identificando Israel como a ameaça à paz mundial.

Ninguém duvida que o ganhador do Nobel de 1989 tenha lá motivos para expor o país hebreu e adicionar seu nome à legião infame que dá cobertura e credibilidade à intolerância que cresce pela Europa, e não só por lá.

Em geral, o endosso que vem da intelligentsia foram pálidos os poucos chiados de reação se oculta no discurso amparado pela retórica de esquerda e não pela esquerda. Mas o que restou da esquerda? Precisamos recuperar a memória: é verdade, houve uma esquerda. Hoje reduzida e rendida ao anacronismo baseado quase exclusivamente na demonização anti-imperialista e numa grandiloquência mais nostálgica que autocrítica.

O apoio de intelectuais e artistas europeus ao jihadismo, por exemplo autojustificado como contrapropaganda aos norte-americanos e à direita que cresce nas urnas, não consegue sobreviver diante da análise.

A racionalização sempre busca meios para justificar impulsos inconscientes. E a pulsão atual está nua: é capaz de se alinhar com qualquer rebeldia que, por exemplo, pegue em armas contra colonizadores e supostos espoliadores da nação. Por isso mesmo, estampas racistas viraram rotina. O baú de infâmias, antes lacrado, definitivamente se rompeu nas mídias e o fenômeno é mundial.

Agora periodistas e articulistas continentais armam suas pistolas e disparam um tiro no próprio pé, bem no meio das redações. O poder de persuasão dos escritores sempre foi superestimado, mas, quando alguém empresta sua pena à causa, seja ela qual for, precisa assumir o risco de que a obra toda se inscreveu automaticamente no tribunal histórico, o único que julga com isenção.

O problema é que Grass não está sozinho nessa perigosa vertente



devidamente acomodada no manto anti-israelense. É muito mais confortável ser identificado como obstinado antagonista do Estado hebreu, do que como caçador de judeus. Convenhamos, é outro status. Ah, dizem alguns, condenar um país não é, necessariamente, atacar seu povo, a etnia ou a religião que professam os que ali habitam. Depende.

Para o bem ou para o mal, Israel tem sido encaixado numa perspectiva de pacote, e, mesmo considerando que existem um milhão e meio de cidadãos árabe-israelenses, a condenação quase maciça da mídia às ações governamentais daquele país traz sempre uma única conotação, a de se tratar afinal de um país de judeus. Pois é essa evocação subliminar, às vezes explicitada, que confere às críticas ao país o caráter de condenação coletiva do povo judaico.

O conflito israelo-palestino é somente um precário e ordinário pano de fundo para a assustadora retomada, desde que os nazistas foram derrotados pelos países aliados, do mito do judeu dominador.

E lá vamos nós de novo resgatar mitologias destrutivas.

Além disso, o socialista Gunther tem um probleminha adicional. Precisou omitir de sua biografia por décadas a militância nazista na 10ª Panzerdivision Waffen-SS, pois, como admitiu depois, isso prejudicaria sua carreira. Realmente, se os sábios de Estocolmo sabem de uma coisa dessas. De qualquer modo, o antisemita alemão se associa ao seletivo grupo de pessoas que o antecedeu, como o poeta fascistófilo Ezra Pound e contemporâneos como Tarek Ali.

Numa entrevista, por aqui, o paquistanês analisou seletivamente os desvios dos americanos e israelenses sem dar o menor contrapeso à belicosidade do regime iraniano nem uma palavra! ou à sanha xenófoba de regimes islâmicos contra minorias cristãs e de outras etnias em vários países árabes. A desonestidade intelectual passa, necessariamente, pela seletividade com que se elegem os alvos.

Se o Estado de Israel comete erros e decerto os comete eles não devem ser separados do contexto que cerca as delicadas circunstâncias em que são cometidos, ainda que, para alguns deles, não deva haver complacência.

O regime dos aiatolás é um problema bem mais nocivo ao mundo, assim como o abandono do povo sírio à própria sorte deveria pesar na consciência se houvesse uma dos dirigentes chineses e russos.

Uma estranha passividade hipnotizou a vida.

Mas o mundo, que testemunha explosões de intolerância, rebeliões e fanatismo, não está interessado em refrear o empuxo de guerra entre os povos.

Parece que basta observar e a calma reina ao nomear como natural o incremento das hostilidades como choque de civilizações”. E está na cara que a maior prova de nem termos alcançado o estatuto de civilização será se realmente o tal choque ganhar vida.

A história mostra que tanto a omissão como a resignação têm um preço, e, desta vez, pode não haver mais desconto para fornecedores.



## O fim dos partidos políticos

06/04/2012

“Por favor, não vos doam as verdades que digo; ninguém se pode salvar quando se opõe bravamente a vós ou a outra multidão qualquer para evitar que aconteçam na cidade tantas injustiças e ilegalidades; quem se bate deveras pela justiça deve necessariamente, para estar a salvo, embora por pouco tempo, atuar em particular e não em público” (Platão falando por Sócrates in ‘Abstenção da política’).

Não é preciso um giro muito profuso para perceber que o papel das pessoas, estruturas e instituições precisa ser repensado. Não que a democracia esteja se esgotando neste melancólico desfecho de pós-modernidade, mas há pelo menos uma coisa clara: suas formas e conteúdos pedem um novo corte filosófico. Sem uma novíssima política não sobrevivem nem o povo nem o Estado. Aquele a causa — senão a única razão — desse.

Está em curso uma crise mundial, talvez sem precedentes desde o fim da II Guerra, que vai muito além da econômica. Por outro lado, não é insensato afirmar que o capitalismo está muito longe de ser derrotado pelas suas contradições como previu o economista alemão. Ainda é, e por muito tempo será, o sistema dominante. Além disso, há uma crise de representatividade e, sem ela, a governabilidade está ameaçada. Com a violência testemunhada nos protestos globais — que vêm misturando na pólvora fanatismo, exclusão e pulsão destrutiva — vemos a anomia e a barbárie tomar corpo, inclusive em sociedades até há pouco consideradas inquebrantáveis. É claro que este é um daqueles riscos ainda subestimados nos gabinetes políticos e nas planilhas lucrativas de quem faz marketing eleitoral.

Saudamos o surgimento de um movimento ainda tímido, mas que pode vir a ser um desagravo a todos os que julgavam falida esta coisa chamada política. A sociedade não pode mais aturar ou bancar partidos políticos (ao menos do jeito que estão constituídos) ou a violação constante das regras para socializar os prejuízos motivados pela especulação. Para bem além dos partidos, paira no ar do mundo um movimento utopista. Ele parece estar sendo modelado numa plataforma elástica – quase um continente – na qual as tendências chamadas de nichos e bolsões ideológicos podem ser desfeitas sem que as pessoas precisem ficar repetindo velhos slogans: “Não trairemos a causa”, “Sejamos coerentes” ou “Nunca abdicaremos de nossa história”.

O movimento utopista que está nascendo acolherá todos: a direita combativa, a esquerda inercial, o sindicalismo oportunista e a bur-

guesia arrependida. Encampará o fisiologismo tosco, os verdes sem alianças, marxistas raivosos e até neoliberais perdidos. Não vetará anarquistas nem independentes que tenham se declarado apartidários, supradeológicos, ou simplesmente desagregados. Enfim, num mundo repleto de políticos e castas governantes, mas paupérrimo em estadistas, todos os habitantes, cansados, podem estar ensaiando a grande convocação onde se possa enfim enxergar fusão de horizontes.

Este movimento nasce um tanto subjetivo – e não pensem os senhores leitores que ele se aproveita dos fenômenos mundiais recentes – “Indignados europeus” “Primavera árabe”, “Ocupem Wall Street” – mas de uma força muito primitiva e ainda mais propensa ao extemporâneo: o desejo sincero que a maioria das pessoas tem por uma vida com significado, de serem tratadas como sujeitos e principalmente que recusam o papel de rebanhos sem identidade.

Se há algo que os homens de Estado deveriam saber fazer – como manda a etimologia da palavra política (a arte de bem gerir ou governar cidades) – é aprender a servir e honrar aqueles que os colocaram no cargo. Não às massas anônimas, mas aos sujeitos singulares. E este é um aprendizado no qual não basta cumprir as promessas de campanha, fazer acordos estratégicos com o capital benevolente que subsidia as obras ou assegurar índices de popularidade em seus respectivos currais eleitorais.

Aliás ser POP, verdadeira obsessão entre políticos contemporâneos (não é baixo o risco de sermos governados exclusivamente por cantores e radialistas) deveria ser consequência, nunca causa do poder. O que emana do povo é apenas um mandato tampão, – oxalá tivesse caráter improrrogável – para que cidades e instituições funcionem adequadamente. A arte de bem gerir a coisa pública como um bom negócio (pelo visto, mau negócio para a maioria, pois como adjetivar eminentes insolvências de sistemas financeiros inteiros) deve mudar de eixo e migrar, talvez, para a arte de educar. E educar é educar-se, como pensou o filósofo.

Portanto, não há como falar de processo político sem evocar a educação. Centros de educação e universidades há muito deixaram de preparar as pessoas para a vida. Muitos saem de lá hábeis negociadores, grandes produtores, eruditos produtores de papers e em sua maioria, experts. Mas a verdade é que a maior parcela dos egressos não aprende o básico, só para não dizer o óbvio. Especialmente em relação ao convívio na diversidade, o significado da vida comunitária e a relativização da vida como busca do sucesso a qualquer preço. Ou seja, a educação formal tem ensinado de tudo, menos o essencial.

Voltando da digressão, se o Estado e os políticos que o respaldam querem voltar a ter o direito de representar, precisam assegurar que não é suficiente talento retórico. Para isso precisam de formação ética e educação filosófica que, no tempo e diante das tentações, sustentem tais princípios. É verdade, sempre foi necessária força quase espiritual para conservar-se na linha, e conhecem-se cada vez menos exemplos

incólumes aos desvios. A corrupção epidêmica é só um sintoma, definitivamente a doença é outra.

Neste novo movimento, mínimas exigências, como por exemplo, a participação em grupos de estudos onde a grade curricular sejam os estudos sobre o si mesmo. O objetivo, enganadoramente complicado, é inesgotável, mas se precisássemos sintetizá-lo poder-se-ia reduzi-lo a como se posicionam as pessoas em relação à liberdade, às minorias e ao acúmulo de bens.

Numa eventual carta do movimento, o esboço da missão seria: “Uma vez que os partidos políticos decretaram a autoextinção (não havia mais sentido Estados dentro de Estados); uma vez que problemas crônicos como a fome, educação, saúde e segurança estão resolvidos; uma vez que a justiça social e o desenvolvimento geraram condições dignas de trabalho; uma vez que as nações e o planeta consolidam-se em prosperidade e equidade; uma vez que a democracia atingiu a plenitude no mundo; uma vez que a paz impera e não há mais opressão, guerras ou presos políticos; uma vez que a destruição da biosfera, o último e mais grave problema gerado pelo homem foi sanado, doravante a humanidade livre passou a gerenciar a vida.



## Organismo, ‘inneresfera’ e sistemas políticos

02/02/2012

Deve haver paralelos entre o funcionamento do organismo e a organização política da sociedade. A epidemiologia formula a questão da seguinte forma: para calcular o risco propõe uma balança imaginária — de um lado, fatores que expõem, aumentando a vulnerabilidade das pessoas; do outro, aqueles que podem protegê-las. Na média, nosso sistema psíquico é relativamente estável, e nosso organismo imuno-competente. Quando há homeostasia, vivemos “no silêncio dos órgãos”; quando a autorregulação falha, adoecemos. Graças a isso, para a maioria, a saúde prevalece sobre as doenças.

Nem tudo é tão linear ou mecânico, nem em medicina nem em coisa nenhuma. Pode parecer absurdo, mas precisamos de um pouco de instabilidade e patologia para viver. Como nada é perfeito, na nossa política doses extras estão garantidas. Parece sina da nossa pobre América de baixo: permanecer presa fácil do populismo paternalista, cafona e anacrônico.

Conforme rumores, o próximo tema que deve aportar por aqui é a liberdade de imprensa e a tentação autoritária de calar o debate encapsando a mídia. E podem contar, ela está chegando. Toda vez que se manipula o discurso com “debater a mídia” e “controle social dos meios de comunicação” deveríamos nos arrepiar. Em geral é o código usado para preparar o golpe: a censura está de novo se organizando no Brasil. E censores têm idiosincrasias — pouco importa se o corte for à esquerda ou à direita. A mais comum é a indigestão crônica diante das sociedades abertas. Eles sempre foram assim, chegam de fininho, vão com tesouras e borrachas lá para trás, e cortam. Cortam e apagam os textos, as imagens, as verbas. Ninguém percebe. Trabalho profissional. A marcha retrógrada começa a se esboçar com consentimentos velados para “tirar do ar”, “acabar com o abuso” e “monitorar”. Céus, acabamos de escapar das botas da ditadura. Aliás, que vergonha o retorno que temos diante dos impostos cobrados! Ao contrário do que pensam os comissários lá de Brasília, liberdade não é valor pequeno-burguês, mas premissa vital do sujeito e organização das sociedades. Tudo o que não precisamos é de mais mordanças. Quem decide o que fica no ar ou não somos nós mesmos. Para renegar a humilhação e a aberração é preciso, antes, reconhecê-la em nós. Senão, continuaremos vidrados no grotesco, viciados em baixaria e submissos ao atraso.

Precisamos de um pouco de instabilidade e patologia para viver

Basta de histeria anarcossindicalista dos que não querem capitalismo, mas nada oferecem no lugar a não ser resmungar: dos Bancos, do sistema, da vida. Mudaram os temas prevalentes na percepção da opinião pública. O foco urgente está na segurança e no meio ambiente. Não foi à toa que Marina Silva foi a grande e única novidade na política nas últimas eleições. Infelizmente, a escalada ao muro a derrotou.

O tema do meio ambiente — reduzido ao estereótipo de salvar baleias e resgate de plantinhas — nos remete a uma ameaça sem precedentes. A degradação da biosfera/bioma pode comprometer nossa vida como espécie. Temos que passar a enxergar a Terra não mais como metáfora mas um organismo que precisa do oxigênio tanto quanto nós. Seria ingênuo não fosse prioridade absoluta para a sobrevivência.

Existe um ecossistema interno e um mundo interior não visível aos petscans e ressonâncias magnéticas, do qual também é preciso se ocupar. Chamei esse mundo de inneresfera. Nossos sistemas de excreção funcionam conforme a demanda. Apesar de esse espaço não ser de engenharia eletrônica, no caso do sistema neuropsicosensorial deveria haver proporcionalidade entre entrada (input) e vazão (output). Assim nosso sistema de excreção psíquica deveria funcionar tal qual operam os sistemas urinário, digestivo e as trocas gasosas nos pulmões e pele. Não parece haver muita consciência de que precisamos dessas eliminações, já que somos poluídos por imagens, sons, cheiros e tudo mais que a abundância da sociedade industrial nos oferta. Do outro lado, temos cada vez menos vida criativa e espaços para expressão. Abolimos os dias descompromissados. Laser e férias com iPads, iPhones e notebooks não contam: eles só aguçam o ciclo que nos viciou em produção, resultado e triunfo.

Basta de histeria dos que não querem capitalismo, mas nada oferecem a não ser resmungar

E que armadilha! Criou-se a ilusão de que a parafernália virtual substitui a realidade. Não estou certo se a lucidez excessiva faz bem à saúde. Provavelmente, não. Afinal, nosso espírito vive à custa de alegrias infundadas e do circo nonsense, do qual a própria realidade se encarrega. Precisamos dos pequenos lapsos, da distração contemplativa e, às vezes, até dos resfriados regeneradores.

Então, da próxima vez que alguém espirrar por perto, mude a entonação. Dos votos de melhora passe à confirmação: “Saúde”.



## Mal-estar contemporâneo, drogas e a medicalização da vida

26/06/2011

Pelos dados de estudos mundiais extraídos de pesquisas multicêntricas já vivemos uma pandemia global de adições dos mais variados gêneros. Em um canônico paper publicado na Jama em 2000, já se mostrava a tendência que hoje se consolida. Só nos EUA calculavam-se então em 67 bilhões de dólares os prejuízos à sociedade pelas adições e dependência de drogas, gerando criminalidade, absenteísmo e mazelas circulares. Era o impacto econômico, e não as consequências sobre a vida dos sujeitos, que guiavam os Estados na construção de políticas públicas de saúde para combater as drogas. Somente no ano passado a “guerra às drogas” consumiu 100 bilhões de dólares da administração norte americana. Conforme o debate foi apontando para a inviabilidade crônica de uma política exclusivamente baseada em ações repressivas, o budget vem se deslocando. A polêmica em torno da maconha pode ser emblemática, ainda que seja mera nota de rodapé se comparada ao tamanho do problema das drogas na sociedade contemporânea.

Ao estudar etimologicamente a palavra droga, somos convidados a aceitar várias acepções. Isso amplia nossa capacidade de dialogar e enfocar melhor os problemas que temos pela frente. Droga, segundo Antenor Nascentes - vem do neerlandês droogen, “seco”, ou mercadoria enxuta, do persa “darú”, medicina e do grego trochisckos, “pílula”, e ainda do eslavo dorg, caro. Com tamanha polissemia, não podemos mesmo querer que seja matéria simples. Droga é medicamento, droga é cara, droga gera dependência, droga ao mesmo tempo significa medicamento, veneno, tóxico ou bálsamo. No sentido mais convencional, droga é entendida hoje como um recurso de que a medicina e a ciência dispõem para melhorar, aliviar, paliar e curar pessoas de seus padecimentos físicos ou psíquicos. E a ciência contemporânea progrediu muito nas tentativas de encontrar substâncias mais eficientes e abrangentes. Mas eis um campo onde – para desespero dos estatísticos - as generalizações são temerárias. Não se pode falar em drogas boas ou más. O mesmo se refere aos alimentos, pois que somos extraordinariamente heterogêneos em todos os sentidos.

Conforme a bíblia da terapêutica contemporânea, As bases farmacológicas da terapêutica, de Goodmann & Gilman, os verdadeiros efeitos de uma droga só serão realmente conhecidos quando ela for consumida em grande escala. “Este é o verdadeiro teste para os medicamentos”, escreveram os autores logo na introdução. Não é à toa que efeitos colaterais



sempre estão sendo ampliados nas bulas medicamentosas.

Drogas não só usadas para finalidades médicas ou como fonte de fuga, mas também diversão e amusement (na versão original, diversão com as musas). Elas podem até provocar inspiração literária. Thomas de Quincey narrou sua vida sob o ópio em Confissões de um comedor de ópio, Benoit Mure e Charles Baudelaire, usuários de hashish (cannabis índica), escreveram, este último, Paraísos artificiais, sob sua influência. Aldous Huxley, com a tutela de um psiquiatra amigo, relatou suas experiências com mescalina em As portas da percepção. Estes relatos tendem a romancear, mas são expressivas manifestações quando se trata de prestar tributos a uma substância.

Em várias sociedades as drogas fazem tão parte da cultura que seria difícil, senão impossível, conceber uma vida comunitária sem elas. Para essas sociedades, o consumo tem um aspecto ritualístico, de cunho quase religioso. Igrejas e templos estão sendo erguidos em núcleos urbanos, e rurais, especialmente em países ocidentais industrializados. Nelas, fiéis consomem cipós amazônicos, raízes e substâncias alucinógenas. Como médico e pesquisador, quando se trata de uso de drogas, nutro muito mais que medo frente a qualquer apologia. Isso vai da maconha à assustadora escalada na prescrição de psicofármacos e aos poderosos estímulos à automedicação.

Por quê? Porque seus efeitos são incrivelmente heterogêneos, devastadoramente dessemelhantes. Dependem do contexto, da sensibilidade, da suscetibilidade, das idiosincrasias. No caso específico da cannabis sativa (ou maconha, parango, erva, marijuana etc), se em alguns induz relaxamento, ampliação sensorial, diminuição das dores crônicas e alívio para os sintomas decorrentes da quimioterapia em outros, pode levar a um distúrbio severo, do déficit de atenção a um surto psicótico, infertilidade, e perturbações cardiocirculatórias.

Portanto, seria bom deixar um alerta claro: não existem drogas leves. Existem drogas potencialmente letais e menos letais, mais danosas e menos danosas. As substâncias medicinais usadas ou não para esta finalidade são todas perigosas e, acima de tudo, mal manejadas, especialmente nos grandes centros urbanos e nos balcões dos bares e farmácias. Aliás, alguém poderia responder por que hoje em nosso país já contamos com mais farmácias (72.480) que padarias (48 mil)?

Esta discussão deveria estar muito longe da gritaria das arquibancadas. Mas já que alguém resolveu cutucar os tabus, aproveitemos para nos concentrarmos na questão central, a mais irrespondível. Ninguém pode saber ao certo por que, nesse ponto da história, a sociedade busca entorpecimento e sedação em escala global e inédita. A sociedade precisa narcotizar-se! Não será justamente o excesso de realidade aquele que gera a necessidade do refúgio prometido pelas drogas? Talvez seja o mal-estar contemporâneo, ou falta de significado das coisas. Ou será um sintoma do esgotamento dos modelos sociais que não correspondem mais às nossas aspirações, sejam éticas ou estéticas?

O fenômeno está dado: a busca por um estado alterado de consciência governa esta pandemia. Sim, é também um problema da medicina, ainda que a abordagem exclusivamente neuropsiquiátrica do problema tenha sido um desastre. O verdadeiro tabu foi escancarado há tempos, quando alguém decidiu que deveríamos viver num império em que a vida precisa ser medicalizada. Se é que toda esta polêmica tem um sentido (e deve haver um) talvez seja trazer o debate sobre o consumo de drogas - e suas amplíssimas consequências - para o campo da filosofia, da antropologia e da psicosociologia, arrancando-o, de vez, do campo penal.

Isso seria um avanço. Quiça o único.



## A ideologia individualista dos políticos

13/01/2012

Provavelmente, os eleitores – à exceção dos experts em análise política – ficam cada vez mais confusos quando se trata de observar e avaliar a conduta pública dos governantes. Há incoerências, omissões e fusões partidárias que estão para bem além de qualquer lógica aparente. O motivo da decepção coletiva é a enorme expectativa que depositamos neles. Eles detêm um poder com força suficiente para mudar nossas vidas, e não o exercem. Indo além dos problemas partidários – massa amorfa que se agrega e desagrega por cargos e salários – o que a maioria de nós gostaria de saber é o que os move por dentro. O que faz com que os parlamentares, por exemplo, votem contra os interesses do povo?

Aí é que está! Pensando melhor, não existe tal coisa. Quando alguém declama que “fará pelo povo”, desconfie: muito provavelmente é uma forma de não se dirigir a ninguém. O que existe de fato são interesses de cidadãos individuais, pessoas únicas ou, quando muito, forças regionais e comunitárias. Por isso mesmo é que se criou a cultura dos lobbies e grupos de pressão onde cada qual busca influir para pressionar grupos e representantes a votar desta ou daquela maneira. No caso público tudo seria legítimo e conforme às regras se não fosse um torneio pré-cooptado por forças econômicas agressivas, essas, sim, senhoras de todos os juízes.

Outrora, eram linhas de pensamento que moviam os políticos. Eram as ideologias. Este alinhamento a determinados ideários sociais e filosóficos (nada muito elaborado, já que a maioria dos parlamentares não tem nem nunca teve erudição ou perfil acadêmico) criava uma diversidade interessante, e vez por outra nascia dali um estadista. Para resumir, hoje, quando muito, para identificar determinada tendência podemos ainda identificar traços de direita/esquerda, conservador/liberal e governo/oposição. É que num mundo como o nosso, ninguém mais pode se dar ao luxo de estar atrelado a uma ideologia sistemática de pensamento. Com a extinção dos “ismos”, e sob pena de obstruir o processo de modernização da sociedade, o político se sentiu mais livre para ser incoerente e desobrigado de qualquer compromisso com as ideias.

Entretanto, há uma ideologia que sobreviveu ao genocídio das ideias políticas: a ideologia individualista. A negociação política brasileira vai assim se tornando não só um dos maiores balcões de negócios do mundo como simboliza a completa descaracterização de qual é de fato o papel dessas pessoas que elegemos para nos representar.

Para bem além desses desvios crassos da função da arte política, feridas

estão abertas. E não cicatrizam, pois há conflito de interesses. A primeira é a questão do voto distrital — instrumento de alta eficácia para devolver o poder às comunidades, únicas e genuinamente interessadas em melhorar o ambiente na qual vivem. Há manipulação para postergar esse aperfeiçoamento vital, já que nitidamente isso enfraqueceria o poder exercido em favor de grupos anônimos. E, sem dúvida, retiraria a primazia do Executivo, único poder real no atual Estado.

A outra é a perspectiva do recall para gente que não cumpre o que promete nas campanhas. Não, não é teoria conspiratória, mas eles todos agem ideologicamente, já que no atual status quo não precisam ter uma relação de reciprocidade com eleitores. A lealdade hoje em dia é com aqueles que fizeram o marketing político e no atendimento aos generosos depositantes das doações partidárias.

Assim fica muito mais fácil esconder-se atrás das cifras dos votos que recebem e sentir-se desobrigados para responder para aqueles a quem deveriam representar. O que a sociedade precisa perceber é que nenhum deles quer mexer no esquema tático montado há décadas visando conservar suas conquistas. Mas há pelo menos um efeito colateral gritante nesse comportamento: o progressivo comprometimento da autonomia dos três poderes. Uma pequena síntese explica a fisiologia da corrosão e como essa autonomia não existe de fato: o Executivo nomeia os juízes da suprema corte, por sua vez é o STF quem julga os casos pendentes do Legislativo e eventuais processos contra membros do Executivo, que também contam com foro privilegiado.

Pode haver maior conflito de interesse?

A outra ferida aberta é o da proporcionalidade do sistema de representantes, que, mais uma vez, instrumentaliza o jogo de forças, lesando inclusive princípios constitucionais básicos da igualdade. Por que os representantes dos estados menos populosos devem ter mais direitos? Por que o voto de um eleitor de Roraima vale mais do que um de São Paulo ou do Rio de Janeiro?

Não é preciso ser jurista ou advogado para compreender que estados mais populosos têm, no atual esquema, grave falha de representatividade, especialmente no Senado Federal.

Que o Planalto não se excite em usar a falha como argumento golpista para articular o fechamento da casa. Cabem, isso sim, reformas que corrijam mais essa distorção absurda.

A depender da ideologia individualista em curso, a única coisa garantida é a vida farta daqueles que trabalham em causa própria. Todos fazem isso. O problema é fazer isso na vida pública.

E, só para usar a palavra cabotina da moda, viva a sustentabilidade!



## **Cartilha prática para caudilhos populistas latino-americanos**

*08/03/2012*

Nossa América do Sul assiste momento realmente glorioso e contagiante! A União dos Caudilhos da América Latina tem a orgulho de anunciar o lançamento de sua cartilha oficial. [Caudilho - origem etimológica na palavra coudel, capitão de cavalaria, mas também em sentido figurativo, manda-chuva]

A maioria de nós cresceu em meio à insatisfação popular com a condução da economia e com o desmantelamento das instituições. O caudilho moderno não precisa necessariamente ter viés ideológico. Em caso de pressão sempre se pode encomendar uma nova ideologia (que será batizada com seu nome). A alternativa mais em conta é provar que corre em seu sangue traços de DNA de algum libertador nacionalista.

Para discursos públicos procure não ultrapassar sete horas e apresente oratória tosca. Em caso de lapso levante os dedos e gesticule fazendo ameaças vagas. Importante: quando vierem aplausos dê a entender que você não os merece.

A qualquer acusação mais acintosa peça tempo e diga que irá apurar com rigor – acrescente “doa a quem doer” para dar mais veracidade — ou diga apenas que não sabia de nada.

Quando conceder coletiva passe a impressão de ser vítima da grande imprensa. Despache assessores para redigir artigos nas revistas que recebem publicidade oficial. Nunca perca a oportunidade de converter o vácuo de liderança em culto à sua personalidade. É só uma questão de tempo até ser reconhecido como a única solução da Pátria. Se possível anuncie que os avanços sociais começaram em seu governo.

Produza fatos e defenda a população da agressão yanque, mas mantenha o fluxo comercial intacto. Se a commoditie for petróleo, faça agrados dando abatimento no preço do barril. Promova privatizações em leilões confusos e quando algo der errado coloque a culpa na democracia liberal. Insista na tese de que ela está defasada em relação aos anseios populares (nunca os nomeie com precisão). Se houver espaço, afirme que o sistema eleitoral representativo faliu e precisa de uma grande limpeza. Quando alguém perguntar quem se incumbirá anuncie, relutante, que aceita a missão de ser o faxineiro-mór!

Em caso de resistência à revisão da carta constitucional que garanta mais autocracia, ataque o sistema capitalista e associe a democracia a fantasias colonialistas espúrias. Se houver reação da opinião pública não se abale. Conte com o apoio da burguesia arrependida e dos ideólogos do partido.



## O mito da boa causa: a lógica do mensalão e a ameaça à democracia

08/03/2012

O povo brasileiro mistura ingredientes paradoxais: malícia para a vida cotidiana e desconcertante ingenuidade política. Mas não é preciso ser gênio para perceber que se a sociedade não se mobilizar – como fez recentemente em outras votações – terá que engolir uma grande armação. Percebe-se forte movimentação nos bastidores do julgamento do mensalão, o processo político-institucional mais documentado da história republicana.

Com muito custo, advogados dos réus tentam limpar o rastro de sujeira que seus clientes deixaram enquanto se arranjavam para conquistar, manter e ampliar o poder no início da era Lula.

Menos previsível que o ato do poder ávido e corruptor é a lógica que o inspirou. E ainda inspira! O óbvio merece ser lembrado: um dos pilares axiológicos da democracia é a moderação/controlar que o Poder Legislativo deveria exercer sobre os demais. O mensalão – que prossegue com réus em julgamento, malgrado impunes – foi apenas um plano desmascarado como crime eleitoral. O gravíssimo é que prossiga incólume, ainda que com outras características.

Comprar apoio de deputados para governar, usando supersalários ou acordos secretos que fomentam o clientelismo é ameaça séria ao Estado democrático. Nostálgicos do poder absoluto, essa turma quis ressuscitar a versão tropical do centralismo partidário, vale dizer, modelar a máscara para uma neoditadura. Incrível, mas até aqui a lógica tem sido bem sucedida. Flagrados no crime eleitoral, se sustentaram com malabarismos e composições curiosas para o partido que monopolizou o slogan Ética na política. Terminaram na mesma vala comum da maioria dos moralistas: ética para os demais!

Hoje, nós os gatos escaldados, enxergamos que o telhado de vidro existe e é coletivo. Nesse caso específico do mensalão a justiça do país tem uma dívida especial com os cidadãos, que vai muito além do sistema de penalidades que o sistema jurídico costuma aplicar para dar consistência ao estado de direito. O que está em disputa é a manutenção ou interrupção do aval para jogo perigoso dentro da área.

Quem detém poder sempre pode mudar as regras do jogo, e a sociedade que se ajoelhe diante das arbitrariedades. Mas não lutamos justamente contra o arbítrio que cassou a voz da sociedade e o Brasil durante décadas? Se houver condescendência com o “mito da boa

causa”, a próxima vítima será a democracia.

Convencido pelo apoio popular à estabilidade econômica, o regime aspira hegemonia e flerta com o totalitarismo. Vale dizer, a tese que os inspira não é só contar com a prescrição da pena. Sabem que sob a abundância de provas documentais e testemunhais existentes isso seria escarnecer da sociedade. A tática agora é convencer a opinião pública de que os críticos da atual administração são conspiradores e “de direita” – como se não fosse plausível uma oposição à esquerda e fora das hostes ressentidas.

Melhor seria se réus e patrocinadores se comportassem como o mestre de Platão. Sócrates não só aceitou a pena como recusou-se a fugir ou ser ajudado por sofistas. Para o sábio – detalhe vital, ele era inocente – enfrentar o julgamento dignificava a democracia grega. E ainda que considerasse injustas as acusações explicadas pelas motivações pessoais dos adversários – submeteu-se aos resultados e enfrentou seu destino.

Não basta sucesso econômico, distribuição de renda, e superação dos bolsões de miséria. Há uma fome por justiça.

Cresce no país a oposição sem partido, crítica, mas ainda silenciosa

A nova resistência enxerga que para sairmos todos juntos da caverna os homens públicos precisam assumir mais responsabilidades e a sociedade recusar o vale-tudo.

Conforme explicado acima: somos todos ingênuos. Ainda bem!



## Autoformação e a sociologia da ignorância

16/03/2012

‘A sociologia da ignorância’ é o título de um livro que o educador Adin Steinsaltz escreveu em coautoria com o sociólogo Amos Fukenstein. Os autores trouxeram um conceito muito perturbador. Ousaram explicitar o momento social deste final da pós-modernidade. Não se trata de acidente ou fatalidade que parte significativa da comunidade global ainda esteja em condições miseráveis e deploráveis, em termos econômicos e educacionais respectivamente. Eles denunciaram uma luta, árdua, intensa e determinada para a manutenção da penúria. Vale dizer, não é por passividade ou por acaso que a ignorância ainda seja um fenômeno de massas. Há um poder cuja missão é manter o status quo da humanidade inalterado. E a guerra contém uma particularidade: é quase invisível e possui uma força-tarefa que se desloca em silêncio.

Um dos elementos mais importantes do processo educacional sempre foi oferecer ao educando a capacitação para o aprendizado. Neste sentido, não bastam livros, iPads ou salas de aula, é preciso atitude educacional e, sobretudo, entender o conceito filosófico de formação. O processo educativo não se limita ao ciclo corrente de bancos em salas de aula, competição acadêmica ou intermináveis baterias de avaliação. O que conta é ensinar a desenvolver a arte da conversação: a capacidade dialógica. Não é por acaso que os sistemas tutoriais perduram insubstituíveis nos melhores centros de ensino do mundo.

Para dar formação ao sujeito é necessário que ele apreenda a experiência de sua própria história. Só assim pode fundir horizontes com os demais. Pois isso é a autoformação: um instrumento vital para sedimentar as noções de cidadania.

Se o problema fosse só diplomas, nosso Congresso Nacional não seria o que é. Nas casas legislativas (Senado e Câmara Federal) há um pós-doutor, 11 doutores e 40 mestres além de mais de duas centenas de especialistas e profissionais liberais. Comparando com os países europeus (116 doutores no Parlamento alemão), é pouco, mas esse não é o ponto. A questão então pode se desviar da educação formal e cair justamente no perfil psicológico-cultural de quem se propõe a governar.

Quando a lei da Ficha Limpa entrar em vigor nas próximas eleições, ninguém pode saber exatamente quais os impactos: mudarão drasti-



camente os hábitos políticos? Já deparamos com propostas de Ficha Limpa também para eleitores e funcionários públicos. Mas será que é isso mesmo? Não seria muito melhor obrigar os eleitores a lerem e inspecionarem à lupa o currículo dos candidatos?

A tendência é que quanto maior o grau de instrução mais rigoroso será o eleitor. Sim, quem sabe mais, pode melhor discernir, portanto votar e escolher quem ofereça mais representação e atuação parlamentar. Hoje não podemos mais associar grau de instrução universitária com nível educacional já que a formação geral tem deixado muito a desejar. Infelizmente, quanto mais massificarmos o acesso universitário, de menos tempo individual o professor poderá dispor para formar o estudante.

Pois parece que na política a habilidade dialógica foi sendo substituída pela técnica de negociar valores: de verbas para emendas parlamentares, aos cargos e salários para filiados e correligionários. Não foi o PT nem o PSDB quem inventou a barganha negocial legislativa, no entanto, os partidos políticos já fizeram livre docência honorária nesse jogo. Se a política conservasse protocolos minimamente decentes, as agremiações puramente fisiológicas estariam banidas. A prova de que ninguém dá a mínima é o incólume protagonismo que este partido ainda exerce no Brasil junto com as agremiações nanicas. A chantagem substituiu o diálogo, e o poder foi se tornando uma cadeia perversa de transferências de decisões e responsabilidades. Sabemos que há um quê de intrinsecamente podre na política. Talvez parte do pacote de maturidade da democracia. O que não se pode mais pedir é que a sociedade aceite goela abaixo regras viciadas de um jogo instável que a aliena cada vez mais daquilo que lhe diz respeito.

O poder tem limites e os que o emanam podem interdita-lo.



## Copa, jogos e diversão contra o culto da vitória

30/03/2012

Todos devidamente ultrajados com a tragédia pela briga de torcidas de futebol deste último domingo? Não será a última. A fórmula é simples: ultrapasse as fronteiras simbólicas da competição e tome concretamente o adversário como inimigo mortal. É que esquecemos completamente da raiz da palavra diversão, do latim *divertere*, “ir-se embora, afastar-se”.

Tudo pode eclodir no futebol, nas escolas de samba, em agremiações partidárias e até no pacato salão de festas do condomínio. Mas houve um ponto, anterior, que foi dando legitimidade à explosão de ações incivilizadas. E o que tem a ver estilo de vida contemporâneo com a violência – ainda imbatível como primeira causa de morte entre adultos jovens no Brasil – e o combinado pela internet de lutar à morte?

Tudo a ver!

Viramos fanáticos por resultados.

Desde pequenos, estimulados pela ambição, somos levados a acreditar que a competição é a alma do negócio. Há uma “pedagogia baseada em pódio”, e a instrução é clara: sejam os melhores, primeiros da lista, mais elogiados e cotados; não se esqueça de trazer a melhor nota e, finalmente,... Harvard. Aí, tornem-se presidentes, gerentes gerais, sócios-fundadores, chefes de repartição e políticos de peso. O conselho essencial, este subliminar, “se necessário, mate”. Há uma fila de exemplos demonstrando que a sociedade pós-moderna não conseguiu superar o estigma da educação como instrumento discricionário.

Para compor o arsenal discriminatório contamos com bullyings de Estado, acossamentos dos estranhos, e perseguições aos fracos. Talvez disso decorra alguma empatia pelo perdedor, como se ele mesmo não tivesse tentado, em algum momento, erguer o troféu. A máquina social pressiona, e mergulhamos de cabeça na ideologia da sociedade industrial. Achamos, enfim, o novo ícone pagão: o culto da vitória.

Não que se possa duvidar da meritocracia como critério justo, mas o questionamento vai por outra via: qual exatamente é o mérito da vitória? A própria democracia se baseia num jogo onde o vencedor é quem convence a maioria. Mas a que preço esse triunfo? Na política adulta não há espaço para ingenuidade: vence quem ilude melhor. Fazer o quê? Vivemos de ilusão. O problema é que a prestidigitação

pública pode custar os olhos da cara e, não raramente, a cegueira da nação. Parece chato, mas mesmo o mundo dos talentos se rendeu ao business corporativo: do jogador de futebol aos artistas, tudo gira nas mãos dos agentes, dos empresários, e da instrumentalização da mídia.

Aqueles que ainda se inspiram em macro teorias socioeconômicas para explicar a violência – do marxismo ao capitalismo liberal – malograram. São obrigados a recorrer à lengalenga: “o problema é social”, “construção de mais presídios” ou “torcedores e agressores sem causa precisam de lazer”. O resultado final do justificacionismo irresponsável é o nonsense das políticas judiciárias e de segurança pública: encarceraram-se punhuistas, desocupados e viciados inofensivos enquanto assassinos renitentes e motoristas alcoolizados são liberados com recomendações de “medidas socioeducativas”. O que antes colava fácil, hoje derrapa na desonestidade intelectual. E chega de preconceito de classe social. Todas se envolvem em delinquência e em crimes hediondos. Não faltam B.Os. para comprovar.

Urgente: precisamos mudar de sentido. Que tal começar pelo circo?

Com a aproximação da Copa e da Olimpíada teríamos uma chance, única, de subverter a idolatria do êxito. Antes dos jogos façamos uma convivência lúdica entre rivais. Torcidas adversárias, misturadas, disputem partidas cômicas. A risada, a exposição ingênua ao ridículo e a autogozação, todas elas poderosas armas dissuasivas contra a banalização do ódio.

Na jogatina de palhaços distraídos pouco importa competir ou vencer: só vale nos divertirmos juntos.

Vamos nessa!



## O que não se pode conjugar: a manipulação política do medo.

23/02/2012

Curioso que alguns verbos sejam mais difíceis de conjugar. Pode ser constrangimento ou inibição inconsciente. Com a conjugação de “morrer” e “massacrar”, está praticamente garantida omissão em alguns tempos verbais. Em “massacrar”, certeza, pularemos a primeira pessoa do singular e iremos direto para “eles massacram!”

Os infanticídios escolares mais alarmantes dos últimos anos — Toulouse, Beslan, Realengo, Virginia e Mumbai — costuram sua unidade numa notável coerência mórbida. Sempre há uma lógica – vale dizer, uma racionalização – para qualquer tipo de atrocidade. E o bordão de imbecilidades justificacionistas parece não ter fim. Estamos em dias tão anômalos que é possível testemunhar gente afirmando, inclusive de dentro da comunidade judaica, que os mortos no holocausto eram europeus pecadores, que crianças mortas por engano no Afeganistão eram filhas do terror e que os latino-americanos tem os carrascos políticos que merecem.

Bem feito para todos vocês! É o grito que se ouve lá de dentro.

Nada muito novo desde que Goebbels bolou as bases do marketing político moderno. É assim que até hoje o objeto de ataque em propaganda é decidido: elege-se o que pode aparecer mais no alto no monturo e lá vão eles. É que o departamento de criação das agências e laboratórios terroristas notaram que a ação bestial contra crianças e multidões inocentes mobiliza e ajuda na captação de recursos. Foi assim que a Al Qaeda mudou o rumo das eleições na Espanha com o ataque ao metro de Madrid em 2004. Essa é a lógica imediata da escolha de alvos cada vez mais tenros. Logo será a vez dos berçários e maternidades.

Assim que se soube da chacina em Toulouse e-mails jorraram nas redações dos jornais: os de solidariedade concorriam com mensagens raivosas, anti-semitas e xenófobas.

Mas e a maioria? Onde é que se escondeu?

Precisamos pensar neste continente majoritário que escolhe silenciar. Psicanalistas e sociólogos vem alertando para a iminente irrupção do neo-fascismo (camisas verdes ou vermelhas pouco importa) e o motivo é evidente: ninguém quer interromper o jantar ou parar para avaliar o “estado da arte” que estamos legando para as próximas gerações.

E não há violência gratuita! Transeuntes, banhistas e ciclistas estão sendo caçados em cima das calçadas, no mar e em vias públicas. Civis

descontentes chacinados. A violência passou a ser uma regra entre nós. E sob o clima de anomia generalizada sentimos que não há mais chão para descer. Mortificados com a sedação da esperança, o narcótico agora se chama realidade inexorável. Um monstro contra o qual ninguém tem mais saco para enfrentar.

Rendidos e acostumados a tolerar tudo como está, chegamos a um estado zen maléfico. Alcançamos o raio de curvatura da passividade e medo. Diante de tantas barbáries consolidadas e da pasteurização do terror, o universo pode querer acabar logo ali desde que minha energia elétrica não seja cortada. Não há mais como lidar com o sem sentido da jurisprudência perversa em que tudo parece estar se tornando.

Escolhemos o conforto contemplativo sem interromper rotinas, e não é que o show deve só continuar, ele precisa prosseguir contando com nossa salva de palmas. Para atenuar – ninguém é de ferro – trocamos postagens sobre os infortúnios da Terra.

A ação solidária precisa ir para bem além da solidariedade virtual. O “ativismo de teclado” é mais uma semente que a corporação inercial implantou para nos convencer que a ação cibernética desdobra-se diretamente ao real. Simplesmente não é verdade. O que sim estamos aprendendo é levar uma vida comportadinha, no cabresto que nos obriga só olhar para frente.

Se essa é a única alternativa melhor seria escolher o abismo.

É necessário criar raízes mais amplas que encontrem sentido na paz e na solidariedade. É preciso ressuscitar a utopia para que não parem dúvidas de que a realidade é apenas mais uma invenção humana.

Que venham as metamorfoses.



## Nós, amarras e outra Utopia

26/04/2012

A presidente andou reclamando das “amarras” que prendem o País, e lhe devolvemos: que tal deslindar os nós? Quem dita a política monetária e fiscal? Quem vem construindo déficit público progressivo e ajudando a manter o “balança, mas não cai” dos mercados financeiros? Quem inchou o funcionalismo federal? Quem estimulou a dívida e inadimplência das classes sociais emergentes? A pergunta seguinte pareceria trágica não fosse óbvia: então por que não governam? A resposta não é fácil, é perturbadora: não são eles que governam!

Sim, há um poder oculto. Mas ele não é fruto do imperialismo. Ele é a força cega da matéria que, em nossa era, tomou proporções absurdas, dominantes e hegemônicas.

O dinheiro pode não ter cor nem cheiro, mas sua movimentação maciça é quase garantia de brisa insalubre. A história da industrialização mais expressiva do Brasil passa pela instalação das grandes multinacionais montadoras de veículos. As fábricas alemãs, com raríssimas exceções, fizeram fortuna com trabalho escravo e extensa pilhagem nazista para depois se espalhar pelo mundo. Soviéticos e europeus colonizaram e se expandiram até onde foi possível e, assim como o Império Romano, somente quando o número de escravos ficou insuficiente para controlar tantos territórios e colônias o poder precisou encolher.

Os norte-americanos, além de absorver a tecnologia armamentista e nuclear dos nazistas, instrumentalizaram o plano Marshall para alavancar a economia, até ali estagnada pela grande depressão. Isso só para ficar nestes dois séculos. Como se vê a origem do grande capital não tem nada de produção limpa. O Brasil à exceção das máculas na Guerra do Paraguai, tem uma ficha menos poluída que a média. O País teria à frente uma histórica e significativa janela de oportunidades, mas a ausência de autocrítica do PT, de uma oposição corajosa e a qualidade dos partidos da pseudo-coalização pode colocar tudo a perder.

Para Thomas Moore, autor de “Utopia”, há uma síntese política: governos se unem às classes dominantes para corroer os direitos de todos. Grande novidade! Mas, há sim uma novidade. Existe uma Utopia, essa possível: recuperar a criatividade e buscar uma vida mais simples. Pode não haver solução duradoura para nada. Decerto nenhuma definitiva. Aqui concordam capitalistas, socialistas, pragmáticos, céticos e crentes. Então o consenso é que no mundo real deve prevalecer a ideia de provisoriedade, de revezamento, de troca de poder. As terras não são feudos de ninguém. A floresta jamais poderia ser pastagem futura ou miragem para reflorestadores. A ideia de sustentabilidade extra-

viou-se tanto na boca dos ruralistas quanto na dos ecologistas.

As grandes fortunas deveriam obedecer um teto de acúmulo, depois do qual os donos teriam que redistribuí-las como achassem melhor. Mas tudo que ouvimos do coro monotemático nas arquibancadas é: Estado, Estado, Estado!

Por alguns motivos precisamos aprender a dizer não ao Estado como solução. O principal deles é que sempre que este senhor se arvorou em colocar a mão na riqueza, privada ou pública, o patrimônio geral encolheu. O Estado abocanhador – seja lá de que matiz ideológico for — é o monstro contemporâneo e a alternativa imediata a ele parece ser o velho regime patriarcal (na verdade um arroubo teenager) dos que ainda querem um administrador policial tutelando a vida das sociedades. Pois parece que estamos conseguindo unificar um pouco o pior dos dois mundos com o sócio-capitalismo selvagem de Estado.

Somos assim tão pobres em imaginação?

Voltando às amarras de Dilma, não só os impostos que pagamos são descalibrados e desproporcionais como o mecanismo psicológico da manutenção dessas aberrações é o de sempre: o abuso está justificado pela sonegação epidêmica. Que tal um teste? Tornem os impostos menos confiscatórios e coloquem-nos para serem gerenciados e controlados pela própria sociedade? Vamos inverter a lógica? Doravante nenhuma emenda parlamentar pode mais ser aprovada sem o aval dos setores sociais independentes, incluindo análise mensal da folha de pagamento dos três poderes. Perdão aos bem pensantes, mas a situação é tão grave que o risco dessa provocação demagógica tornou-se muito menos grave que o cinismo institucional generalizado. Quem duvida disso que assista pela TV a construção teatral da nova CPI nas últimas sessões parlamentares.

Até agora movimentos de ocupação das ruas ou marchas de indignação não produziram resultados concretos. Tiveram apenas o mérito de manter acesa a idéia de que estar em pé é premissa para seguir.

O caminho? Diante de tanta inércia e resignação pode não importar tanto quanto a certeza de que estamos nos deslocando.



## Liberdade sem expressão

10/05/ 2012

Ouviam-se rumores de que o governo iria enfrentar o poder da imprensa, mais genericamente “os meios de comunicação”. Pois foi o que sintetizou esta semana o ex-coordenador da campanha presidencial. Numa enquete sobre delírios de hegemonia, em Brasília, deu disparado em primeiríssimo lugar o controle social da imprensa a la chinesa, em segundo, dobradinha Putin-Medelev – e sua capacidade de desbaratar a oposição — em terceiro a blindagem total ao mundo externo do sistema político da Coreia do Norte. Por motivos óbvios deste último não se conhece todos os detalhes. No final das contas o delírio é o mesmo: controlar a mídia, internet inclusive, com mão de ferro. Ninguém esconde mais o sonho totalitário de uma

imensa mordação vedando a boca dos cidadãos. Para que tanta liberdade de expressão? Um porta-voz está de bom tamanho.

Mais uma vez a análise da linguagem traiu as intenções do poder. Nenhum governo gosta de imprensa. E é para ser assim mesmo. Trata-se de uma arqui-inimizade desejável. A ideia da República prima pela diversidade de vozes e pontos de vista. É o que tornaria o permanente jogo democrático, um sistema mais civilizado que outros.

O proposital uso do futuro do pretérito sugere condicionalidade, pois o jogo estaria sendo jogado, se as regras fossem claras. Mas cadê o regulamento?

Para quem está sendo criticado e não vê a liberdade como valor absoluto a tentação do controle é permanente. Isso não significa que a imprensa não cometa falhas e excessos. Muitas vezes seu poder é desproporcional e arbitrário: destrói, calunia, injuria ou incensa, adula e promove. Mas é sempre melhor correr este risco com possibilidade de retificação, que sacrificar a liberdade de expressão.

Segundo a ANJ 29 jornalistas foram assassinados em 2011, quatro deles brasileiros. Muito blogueiros, radialistas, comentaristas e analistas políticos estão na lista negra somente à espera que seus desafetos promovam o acerto de contas. Isso sem contar o número de juízes ameaçados. Um horror, não concordam? E por que ninguém se scandaliza? Porque estamos nos acostumando à barbárie política como procedimento legítimo. Se os ameaçados fossem mais pragmáticos deveriam fazer como num filme de Hollywood, em que o sujeito acidentalmente descobre crimes públicos e privados e vendo que ninguém poderá protegê-lo, negocia sua vida com o submundo criminoso.



Ótimo negócio, sua vida contra segredos resguardados.

A ideia de calar as pessoas – com ameaças, assassinatos ou censura – não parece insensata para os defensores do estado totalitário.

Isso nos leva ao mundo das ficções, onde, no futuro, só teremos imprensa mascarada, com autores e articulistas devidamente protegidos por pseudônimos e anonimato.

Quem denunciará ou enfrentará o poder?

Por isso mesmo cresce no Brasil e no mundo uma imprensa altamente domesticada, boazinha, que sobrevive dos subsídios e benesses do Estado. Para garantir a boquinha parte da sociedade se cala. Essa não é a dignidade que se espera da atividade jornalística. A imprensa subordinada à opinião popular não pode ser chamada de jornalismo. Insubmissa, sua missão deve ser informar e ajudar construir uma opinião pública mais crítica. Muitas vezes deve arcar com o peso de ser a voz dissonante. Não se constrói cidadãos mais críticos com sensacionismo ou cooptados por quem governa. Independência e a liberdade caminham juntas. A verdade é que poucas cabeças ficam incólumes ao arrastão ufanista- populista

O vazamento de fotos da atriz famosa ocupou páginas centrais dos jornais e quase um terço de tempo dos telejornais mais assistidos. Perdão aos otimistas, mas isso reflete o estado de miserabilidade psíquica. Não foi um décimo do tempo dado aos jornalistas emboscados ou ao repórter que para provar como tudo é devassável comprou on-line dados bancários sigilosos e fiscais, inclusive de ministros de estado.

Pois a imprensa adesista que não pode ser oposição é conivente com os pistoleiros que fazem o serviço de remoção das pedras nos sapatos de gente poderosa. A imprensa branca é tão ou mais nociva que as outras porque enquanto estas podem ser acusadas de buscar o lucro fácil das manchetes a primeira tem sido diretamente instrumentalizada pelo dirigismo partidário.

Infelizmente vivemos uma espécie de patrulhamento, organizado por um poderoso aparelhamento, que despista todos com a perigosa cortina da eliminação gradual de autonomia dos três poderes.

Mesmo quando a legítima defesa pode ser juridicamente evocada, ela não pode ser o abono intelectual para acobertar os abusos do Estado.



## Elegância Mínima

07/06/2012

Trauma estabelecido e o nome da lesão é fratura sociológica exposta. Segundo o sociólogo Zigmund Bauman o poder encontra-se apartado do governo. Vale dizer, o poder não é mais o bastante para garantir governabilidade.

Tem toda a razão.

Talvez seja ainda pior, entramos na era do consumo como único valor permanente. Ao mesmo tempo temos nas mãos uma epidemia de políticos e figuras públicas megalômanas. Além de se atribuir um valor incompatível com a realidade imaginam-se acima das leis e instituições. O bate boca de um ex-presidente foi um destes momentos que representam muito bem este estado de coisas. Não foi só a composição, esqueceu-se da elegância mínima. O resultado é fazer pouco da sociedade que, a duras penas luta para se tornar mais orgânica, equânime e viável. Gente assim muito provavelmente não tem a menor idéia do mal estar que produz nos cidadãos.

Tivéssemos instituições mais sólidas e maduras não estaríamos todos tão abalados nem tão divididos quando dois sujeitos, em franca improbidade verbal, discutem questões gravíssimas com a mesma superficialidade e truculência de uma disputa banal de trânsito ou de um clássico do futebol.

O consolo é que mais cedo ou mais tarde o lulo-petismo e todo histrionismo agonizará assim como agonizaram outras agremiações que se renderam ao culto da personalidade. A história comum da ascensão e queda do autoritarismo personalista é que, em nome da hegemonia e da gula pelo mando, todos acharam que poderiam prescindir da sociedade e do país que representavam. Por outro lado, na história da humanidade às vezes, um único sujeito pode fazer toda diferença. Para o bem e o mal (que depois da segunda Guerra Mundial provou que é uma entidade real). Para justificar pseudo-heróis a verdade histórica tarda, mas triunfa.

Os partidos políticos envelheceram. Isso para evitar mencionar o apodrecimento das instituições políticas partidárias e suas implicações. Há urgência de uma reformulação maiúscula. Diante da falência iminente não se pode mais temer a radicalização da discussão. Nada a ver com moldes violentos ou da anacrônica luta de classes. A radicalização que a sociedade deve propor é maior, mais ambiciosa e mais elegante.

Para contornar o óbvio e o senso comum, temos que perder a covardia. O conformismo que nos governa silenciosamente todos os dias sem dar conta que fomos possuídos por uma inércia mortal.

Doravante, salvo milagres, o diagnóstico para a coalização partidária que sustenta o regime é o pior possível. O cripto-autoritarismo, as ondas de corrupção e o neo-fisiologismo poderiam ser só sintomas de uma jovem democracia buscando se acertar. Neste caso, seria mais que desejável que os ratos benévolos – as pessoas de valor que se encontram esmagadas pela malandragem – pulassem do barco para se ajuntar aos que deram o fora a tempo de preservar suas biografias. O otimismo relativo é que há tanta gente boa que se unidos poderiam ser fiadores de um novo movimento.

Entretanto, quando se vê que o navio incha e o adesismo ao poder está inflacionado, passamos a ter obrigação moral com o pessimismo. Estamos num país sem oposição! Bem entendido, oposição lato sensu – não significa necessariamente opor-se sistematicamente aos governos como já fez o PT aprendiz, mas resistir ao interminável saldo de autoritarismo e ineficiência venha de onde vier.

É trágico que não se enxergue no horizonte um único partido com idéias novas, sobretudo límpidas. Dos chavões neo-marxistas aos slogans neo-liberais, passando pelo discurso verde não se vê um único sujeito ou grupo de pessoas capaz de se articular para fazer emergir uma frente “contra todos” que seja emancipada, conseqüente e coerente.

A faxina geral não deveria ser contra a corrupção, muito menos numa CPMI, mas sim dirigida a favor das leis, de julgamento limpo para o mensalão, por exemplo. Há um vício do pensamento nos iludindo com país bombando, crédito fácil e dívidas difíceis. Desde que os monarcas deixaram de ter a primazia da razão e o monopólio do poder, deveríamos ter abandonado o absolutismo salvacionista. Mas por um desses incuráveis pontos cegos que nos adoecem, não conseguimos abrir mão de um redentor.

Inadimplentes, estamos todos pagando o preço da dívida de outrem.

O crediário não é suave, pelo menos as parcelas estão a perder de vista.



## Equilíbrio instável

17/05/2012

O brasileiro anda desconfiado. Em recente levantamento feito pela FGV os políticos ocupam o topo do ranking quando se trata de desconfiança da população. Pudera. Se fossemos criteriosos (atenção: criteriosidade não é moralismo) verificaríamos como é difícil manter as aparências, especialmente quando nossos filhos assistem TV conosco.

Tomem como exemplo a transmissão de uma CPI ao vivo. Velhos arquinimigos trocando afagos, teatralizações horríveis, mentiras e tergiversações. Acareações truculentas (era para ser um parlamento, não delegacia) e o toque circense final: injustificáveis intimidações ao procurador geral da república.

Esqueceram que tem gente sensível e vida inteligente do lado de cá da tela? Ou não dão a mínima para a opinião pública? Os dois? Pois não!

Onde estamos?

A saúde tem sido um dos problemas mais graves do País e os avanços, lentos e insatisfatórios. Qual o diagnóstico?

Vigora a velha ideia distorcida sobre o que é saúde. As vezes, ela é encaixada em tópicos estéticos e procedimentais. O que vale hoje é ser musculoso ou consumir o que é oferecido como a última palavra em tecnologia. O consumo irracional de procedimentos tem se tornado um problema de saúde em si. Muitas vezes, em detrimento da saúde do próprio sujeito.

Excesso de cirurgias – como a bariátrica, por exemplo – e o consumo exagerado de drogas, com ou sem automedicação, colocam o sujeito exposto a tantos males quanto os que eles supostamente estariam tentando corrigir como advertiu abertamente o National Institute of Health dos EUA há alguns anos num extenso relatório.

O fato é que estamos muito distantes de uma medicina apropriada ao sujeito. No Congresso Internacional da Medicina da Pessoa, realizado na Austrália nos anos 50, alguém formulava sinteticamente uma pergunta central. Mesmo subestimada, ainda permanece de importância vital em nossos dias para compreender a medicina: “não há saúde sem uma resposta satisfatória à pergunta: saúde para que?”

Não que não se possa fazer objeção ao incomodo que esta pergunta poderia suscitar naqueles mais pragmáticos. Mas para além deste ponto a pergunta é oportuna, pois nos remete ao conceito de saúde subjetiva: a sensação de bem estar.

O desenvolvimento tecno-científico, aplicado às ciências da saúde, conseguiu notável eficácia e controle sobre uma quantidade apreciável de doenças. Mas este mesmo controle, infelizmente, não se estendeu a uma concepção de saúde mais sutil. O máximo que se fez foi contemporizar colocando a palavra “humanismo” na frente dos postos de saúde, clínicas e hospitais. O cuidado, a apreciação subjetiva dos sintomas, a rede de apoio e solidariedade para quem está perdendo a saúde e até a cumplicidade frente ao desespero de quem enfrenta sofrimento não estão dentro do mainframe, que prioriza outros aspectos como critérios de sucesso.

Trata-se de um grande equívoco.

Como negar que as necessidades de cuidado estão para bem além de drogas eficientes e hospitais modernos? Como ignorar que numa sociedade enferma a saúde tenda a ser progressivamente mais instável?

Estamos isolados e, ao mesmo tempo nossa interdependência aumentou, pois como se sentir bem com tanta violência, injustiça social e competição? Como ser saudável numa sociedade que se esqueceu do sentido mais íntimo da cidadania e onde os políticos lato sensu – nossos representantes! — são os ingredientes menos confiáveis dentre todas as camadas sociais?

A resposta talvez esteja no espaço interno. A saúde e sentido correm juntos e dependem da direção que queremos imprimir às nossas vidas. Uma vida que não faz mais sentido, passa, automaticamente, a ser insalubre. O único que pode atribuir sentidos é o próprio sujeito.

Algo que nos traga ao espaço público sem que nos igualemos. Para alcançar a paz e a justiça social podemos prescindir da luta de classes. Por isso é urgente recuperar o valor da subjetividade e as sutilezas do espírito.

Talvez uma boa metáfora para a saúde seja a instalação interativa “equilíbrio instável” de uma recente exposição de arte internacional que se realizou no Brasil. Ali centenas de pequenas peças de acrílico como mesquitas, igrejas, sinagogas e outros templos e edificações eram colocadas em cima de uma grossa mesa circular de vidro, suspensa por um cabo de aço bem no centro. O desafio era mover uma peça sem desequilibrar o tampo de vidro.

O objetivo era mover as peças, sem que as oscilações do tampo chegassem a derrubar tudo. Um minúsculo movimento em cada elemento provocava grande turbulência no todo. Quem experimentou mover as peças sabe: não dá para confiar nos instintos.

O equilíbrio instável é pedagógico: a única ancora que vale é a de dentro!



## Sociedade dos paradoxos

24/05/2012

Um grupo de 23 cientistas britânicos da Royal Society, encabeçado por John Sulston, acaba de elaborar um documento – a ser apresentado durante a RIO+20 – que vinculará consumo e pobreza.

Como dado preliminar hoje há 1,3 bilhão de pessoas em estado de pobreza absoluta. Não bastasse a cifra escandalosa, temos que considerar que estes números são totalmente dependentes do padrão de consumo nos países desenvolvidos. Só o Brasil representará nos próximos anos 5% do consumo global, enquanto o continente africano responderá com 70% do crescimento populacional do planeta. Há alguma resposta a esta situação? Consumir mais, certo? Segundo os cientistas, não necessariamente, depende de quem consome. Fato que evidencia como o senso comum é cego.

O consumo excessivo e concentrado produz lixo não administrável, além de poluir em escala não civilizada. O consumo é um ato inconsciente. Aliás, um enigma muito bem explorado pelo marketing contemporâneo. O que os publicitários nos ensinaram nestes anos todos é que precisamos precisar. Porém, há muito mais que um único conflito de interesse quando se trata do binômio desenvolvimento industrial e manutenção da biosfera.

Sem atenção planejada e coordenada de uma educação menos informativa e mais crítica, planejamento familiar e radical equalização do consumo, teremos saudades dos tempos em que as conferências ainda podiam prometer resultados. Nas poucas unanimidades nessa área, uma delas é que estas decisões não são para hoje. Ontem já seria tarde.

Então lá vamos nós aos chavões: comprar movimentar a economia. O excesso de consumo aumenta as discrepâncias sociais. Consumir faz com que a sociedade se torne mais produtiva e competitiva. A industrialização selvagem asfixia e desarticula micro sistemas artesanais e extrativistas de produção jogando populações inteiras à desvalia e ao desamparo social.

O incrível é que é muito provável que todas as afirmações acima sejam verdadeiras ao mesmo tempo. A explicação de como podemos conviver com tantas contradições é que chegamos à sociedade dos paradoxos.

Dadas as atuais condições desvantajosas do planeta não há mais como sustentar os padrões que as sociedades industrializadas vêm mantendo desde o pós-guerra. Por outro lado, a crise indica que talvez consumir e induzir consumo sejam a única saída. Um consumo mais

igualitário poderá favorecer as sociedades e o mundo.

Podemos detestar isso, mas neste ponto da história, em que nos transformamos numa força geológica, estamos em regime forçado de interdependência. É preciso estimular a consciência a trabalhar, já que ela não pega tão facilmente no tranco. Só quando um norueguês perceber que ele aumentará seu risco se não deixar de comprar sua terceira TV de plasma para que um senegalês tenha seu primeiro rádio, o mundo poderá estar ficando menos díspar.

O interesse ativo em manter a população em estado de obscuridade é, infelizmente, a grande força política dominante. Vale dizer, a transparência que se oferece não é a que necessitamos já que o jogo democrático deixou de colocar os interesses coletivos como os mais importantes. E a única coisa que pode nos unir nesse momento é a responsabilidade com o habitat. A ignorância é o estado de maior vulnerabilidade como mostram os estudos epidemiológicos. Por isso, a solução pode estar em medidas mais radicais que o gradualismo que professam os debatedores canônicos.

É chegada a hora de virar a mesa antes que a natureza e os impasses sócio-ambientais nos virem do avesso.



## Negação da morte e habitat

4/06/2012

Sabemos que o assunto da hora é a Rio+20. Mas outro tema, igualmente importante, está sendo discutido sem merecer o devido destaque. A comissão que se encarregou de modernizar o novo Código Penal está concluindo os trabalhos, cuja versão final ainda não se conhece, e ali incluiu assuntos críticos. Refiro-me aqui aos que abordam a terminalidade da vida. A legislação dos Países Baixos autoriza a eutanásia (medidas ativas, proibidas no Brasil) enquanto nos EUA existem grandes batalhas judiciais que só fazem aumentar as controvérsias. A ortonásia (etimologicamente, morte no tempo certo) tem sido por aqui discutida (diferentemente da anterior, admitida em casos em que a morte é comprovadamente uma questão de horas ou dias) apesar de já extensivamente praticada. Prevê a cessação de tratamentos considerados fúteis e pode incluir o desligamento de máquinas, interrupção de alimentação parenteral etc.

A ética hipocrática da qual os profissionais de saúde são herdeiros preconiza: não se deve interferir em uma doença sabidamente mortal ou incurável. Por outro lado, como saber ao certo? Hipócrates também nos adverte sobre a precariedade das convicções e finalmente questiona em seu primeiro aforismo o valor dos prognósticos: a arte é longa, a experiência enganosa, o julgamento difícil. O filósofo Montaigne abre um de seus Ensaíes com “filosofar é aprender a morrer”. Precisamos aprender, mas como nos educarmos em terreno tão delicado? Até a pena de morte foi discutida — e abolida em boa parte do mundo — então por que intimidar-se com os debates sobre o fim da vida? Não me convence pensar que a distinção esteja entre castigo e alívio terapêutico. Esquecemos, convenientemente, que fomos inculcados com uma amnésia chamada finitude. Resumindo, somos desmemoriados o suficiente para tocar a vida contra o inexorável, que é nossa condição de mortais. Trata-se de estoicismo adaptativo, conforme mostrou Ernst Becker em seu clássico *A negação da morte*.

Hoje temos equipes especializadas em “dar conforto” às famílias de pacientes terminais. Foi uma solução superficial que a medicina hospitalocêntrica encontrou para lidar com o tabu. Este é um legítimo dilema da vida contemporânea: o que fazer diante de sofrimentos extremos e de alegada incurabilidade? Quem terá o direito de opinar e a quem cabe a decisão final? À medicina, ao Estado ou à família? Haverá espaço para ouvir o único que poderia dar qualquer legitimidade ao ato? Nesse caso o desenganado: o sujeito que muitas vezes é impedido de votar por sedação excessiva, afasia ou coma. Pois, e se o doente



quiser confirmar presença mais alguns minutos, uns dias, quem sabe a semana? Dissecando o termo “desenganado”, descobrimos que pode significar dizer a verdade, revelar, ou dissuadir. E quem pode dissuadir alguém acerca da continuidade da própria vida? É evidente que a sedação da dor e a manutenção de uma medicina paliativa são ganhos importantes no trato com doentes em sofrimento severo.

Portanto o problema parece estar mais no campo da psicologia, filosofia e direitos humanos do que propriamente no da deontologia médica ou direito penal. Qualquer equipe pode ligar aparelhos. Mas, e quanto a desligá-los? Plantonistas da UTI, dos home care, auditores das empresas de seguro saúde estarão autorizados? Afinal, quem é que decide em quem não se deve mais “investir”? É lícito supor que mais este desleixo com os vivos que estão no final de um ciclo esteja mesmo na própria raiz da atual predação sistemática que executamos contra nosso habitat. Queremos consumir mais e praguejamos ao ver espuma nos rios e a bagunça climática. Guiados pelo imediatismo, tomamos uma rota de caminho único: já que o planeta está envelhecido vamos logo partir para outro. Infelizmente a Rio+20 não terá tempo de discutir esta tênue relação analógica.

Cabe perguntar: não estamos tornando artificial demais um fenômeno natural assim como já fizemos com os partos e o envelhecimento? Que tal voltar a morrer em casa? Não seria mais digno estar consciente para assistir a nosso próprio fim? Há preparação e prevenção para várias situações, mas parece que ninguém se preocupou com a morte. Mesmo quando o prognóstico for desfavorável e o enfermo estiver com os dias contados, quem pode decidir quando chegou a hora de abortar a vida? Investidos de qual direito impediremos quem está morrendo de aproveitar o tempo que lhe resta usando o que sobrou de saúde? Às vezes é preciso coragem para ir contra as soluções que o senso comum apresenta como óbvias. Da mesma forma que temos o dever de recusar uma vida tutelada, não podemos aceitar o papel de carrascos, mesmo que ele venha com a chancela e a bênção do Estado.



## Intelectuais e déspotas

28/06/2012

Não foi um caso isolado da Rio + 20. Às cotoveladas sessenta intelectuais (sempre bom recorrer à etimologia para saber se a atribuição ainda bate com o significado: intelecto - ação de compreender) se apertaram para assistir a explanação do ditador iraniano. Uma possível compreensão, nesse caso legítima, seria que os doutores tivessem ido até lá para saciar a curiosidade frente a um homem deselegante, que já negou o holocausto, considera mulheres seres de terceira categoria, persegue minorias como Bahai e Sufis e prega a reforma “por bem ou por mal” dos homossexuais. Sem contar os criminosos atos contra os protestos da oposição nas comprovadas fraudes eleitorais que o levaram a reeleição. Eleição é modo de dizer, sufrágio indireto, que só se concretiza com aval do líder supremo.

Ninguém duvida que é sempre interessante ter a oportunidade de ver uma “criminal mind” ao vivo, tudo para tentar entender como funciona a mente onipotente, como raciocina o fanático, a astúcia do mitômano.

Mas parece que não é isso que tem levado intelectuais do mundo a aderir ao pensamento monológico e ao culto dos déspotas que se proliferam pelo mundo. Talvez, cansados da anomia e do fracasso crônico das experiências com os projetos sociais pelos quais se batem, só encontrem recompensa naqueles que prometem implantar a justiça plena na Terra.

Com o fim das doutrinas e a morte dos heróis, só um ungido pode saciar os intelectuais de nossos tempos.

A perplexidade máxima aflora quando se identifica na plateia herdeiros de tradições ideológicas consistentes, a maior parte daquela vertente que um dia convencionou-se chamar de esquerda. A adesão se dá basicamente por uma única afinidade: a postura antiamericana. Ficou fácil conclamar fiéis, bastando para isso desfraldar a bandeira “morte à América”.

No caso de professores e gente esclarecida e com tanto currículo na bagagem, que espontaneamente escolheu ir ao encontro o fato nos deixa à deriva. Melhor dizendo, à lona!

O fenômeno transcende a razão e como evitamos a parapsicologia, precisamos nos contentar com a velha psicopatologia. Alguém pode explicar como o carisma agressivo e non-sense entorpeceu tantas cabeças a ponto de asfixiar a região onde se aloja a capacidade crítica?

Pode ser que seja inevitável que chefes de partidos ou figuras do executivo tenham que ciceronear ditadores e gente que, para conquistar o poder, deixou rastro de cadáveres. Costuma-se aturar isso dignamente com a ajuda de autocontrole, respiração yogue e banhos frios.

O fenômeno leva o nome de pragmatismo selvagem, o que conduz inevitavelmente a uma espécie de esquizofrenia política.

Basta um exemplo: sabe-se que o regime teocrático do Irã apoia abertamente o regime Sírio de Assad e sua atual política genocida. Pois decerto alguns dos bem pensantes que sentaram nas cadeiras da frente assinaram petições, ao menos devem ter pensando nisso, contra o massacre do povo sírio. Pois é o que a selvageria política faz com as pessoas: produz incoerências seriadas. Ninguém tem compromisso com a coerência nem com a lucidez, mas há uma ambivalência ética que é capaz de dissolver o caráter.

Esta fusão de ideologia tosca com pragmatismo já foi o estuário de desastres políticos importantes em outros continentes. A adesão de extensas camadas da população universitária na Alemanha nazista – o maior apoio vinha dos profissionais liberais com 50% dos médicos alemães dando endosso à ideologia ariana do Führer.

E não é que persiste a maldição dos “formadores de opinião”?

As massas finalmente aderiram e produziu-se um consenso perto do absoluto, a favor do expansionismo belicista germânico.

O mesmo apoio das camadas intelectualmente mais esclarecidas marcou nos primórdios a Revolução Soviética; Até que testemunhando o desvirtuamento e a implantação de um regime tão sanguinário e opressor quanto o de seus antecessores, os intelectuais mais críticos começaram a ser internados em hospitais com o ajuda de um sistema nosológico criado sob encomenda aos psiquiatras comunistas. Dissidentes começaram a ser diagnosticados como insanos: refusiniks. Para um regime totalitário só um doente mental pode recusar o sistema perfeito.

Foi Hanna Arendt quem escreveu que quando “termina a autoridade começa o autoritarismo”. Agora que a autoridade natural no Brasil está no início do declínio já que sua sustentação depende da bonança econômica e a inadimplência chegou a um patamar perigoso, o desespero já começou: alianças desastradas, chantagens e ameaças institucionais chegando ao destempero com promessas de mordidas.

Nossa sorte é que hoje o homem comum no Brasil deixou de ser bobo e já sabe como deve sair de casa: discreto, sem lenço, cheque ou documento e, se possível, com caneleiras à prova de predadores.

[paulorosenbaum.wordpress.com](http://paulorosenbaum.wordpress.com)